



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 159 - TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1ª Serys Shlessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 28 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 171ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações

Da Senadora Ideli Salvatti, de 3 do corrente, comunicando seu comparecimento à Casa no dia 29 de setembro último, inclusive com sua participação na reunião da CPMI dos Correios, conforme lista anexa.....

33745

Do Senador Leomar Quintanilha, de 3 do corrente, comunicando sua filiação ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB, a partir daquela data.

33746

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 115, de 2005-CN (nº 633/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financiadas, no 2º quadrimestre de 2005.....

33746

Nº 233, de 2005 (nº 627/2005, na origem), de 26 de setembro passado, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia, sancionado e transformado na Lei nº 11.181, de 26 de setembro de 2005.....

33762

1.2.3 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.410/2005, de 14 de setembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 665, de 2005, do Senador Papaléo Paes.....

33763

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.783, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005 (nº 1.063/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência

de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.....

33763

Nº 1.784, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.....

33765

1.2.5 – Ofício do Vice-Presidente da Comissão de Educação

Nº 128/2005, de 13 de setembro de 2005, comunicando a aprovação, com três emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, em reunião realizada naquela data.....

33772

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

33772

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 261, de 2005, em 29 de setembro de 2005, e publicado no dia 30 de setembro de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social e da Saúde e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$2.133.400,00 (dois bilhões, cento e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica. Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

33772

1.2.7 – Ofício

Nº 409/2005, de 28 de setembro último, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na CPMI da “Emigração Ilegal de Brasileiros”.....

33773

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Celebra parceria firmada entre os presidentes do Brasil e da Venezuela, para construção de uma refinaria no Porto Industrial de Suape, em Pernambuco, o que resultará em nova fase de crescimento para toda a região.....

33773

SENADOR ALVARO DIAS – Destaca a queda do Brasil no ranking de competitividade, conforme Relatório de Competitividade Global divulgado na última semana, pelo Fórum Econômico Mundial. .	33775
SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de artigo de autoria de Leonardo Boff, intitulado “Porque ficar no PT”, dirigido aos integrantes do Partido dos Trabalhadores.	33778
SENADOR PAULO PAIM – Lamenta a morte do sindicalista Jair Antonio da Costa, em confronto com a Polícia Militar durante manifestações contra o desemprego no setor calçadista no Vale dos Sinos – RS.	33783
1.2.9 – Comunicação da Presidência	
Remessa, de ofício, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para reexame da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, tendo em vista a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004 – Reforma do Judiciário, pelo motivo exposto.....	33785
1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Transcrição das matérias intituladas “PT foi uma decepção, diz historiador” e “Experiência do PT no poder foi desastrosa, diz Tariq Ali”, publicadas, respectivamente, nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo em suas edições de 20 de setembro do corrente.....	33785
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “Para Reale Júnior, ‘um grave equívoco’”, do advogado e ex-Ministro da Justiça Miguel Reale, publicado no jornal O Estado de S. Paulo do último dia 16 de setembro do corrente.	33788
SENADOR ALVARO DIAS – Defesa de alterações no Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, de autoria do Poder Executivo, estabelecendo regras para orientar a gestão e a atuação das atuais agências reguladoras e das que vierem a ser criadas. Registro da matéria intitulada “Governo pagou R\$8 milhões para ‘adquirir’ Severino” publicada no jornal	

O Estado de S. Paulo, edição de 21 de setembro do corrente ano.....

33789

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro de artigo intitulado “O pesadelo que o Brasil não merece”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Brasiliense**, de 25 de setembro do corrente.....

33791

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários à matéria intitulada “O jogo de Lula”, publicada na revista **Época** em sua edição de 26 de setembro do corrente.....

33792

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Srs e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

33795

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 171^a Sessão Não Deliberativa, em 3 de outubro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicação da Senadora Ideli Salvatti, que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 3 de outubro de 2005

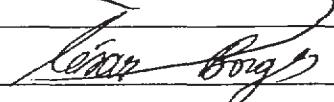
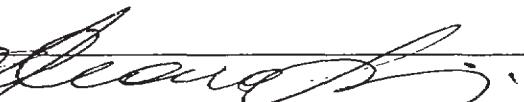
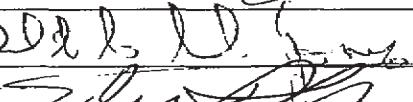
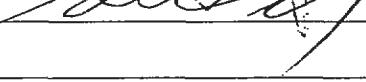
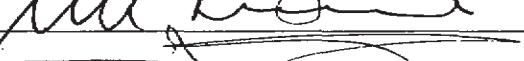
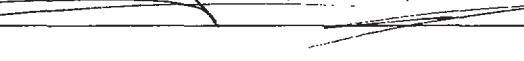
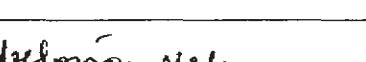
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelênciia que compareci a esta Casa no dia 29 de setembro, quando, inclusive, participei da reunião da CPMI dos Correios, conforme lista de presença em anexo.

Nestas condições, solicito a Vossa Excelênciia que seja registrada a minha presença na sessão deliberativa ordinária daquela data.

Cordialmente, – **Ideli Salvatti**.

39^a REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS, REUNIÃO REALIZADA EM 29/09/2005, QUINTA-FEIRA ÀS 09H30.

PAUTA: REUNIÃO ADMINISTRATIVA E OITIVA, MAURICIO MARINHO		
SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
HERÁCLITO FORTES	PFL	
CÉSAR BORGES	PFL	
DEMÓSTENES TORRES	PFL	
SÉRGIO GUERRA	PSDB	
ÁLVARO DIAS	PSDB	
DELCÍDIO AMARAL	PT	
IDELEI SALVATTI	PT	
AELTON FREITAS	PT	
SIBÁ MACHADO	PT	
LUIZ OTÁVIO	PMDB	
VALDIR RAUPP	PMDB	
IRIS DE ARAÚJO	PMDB	
NEY SUASSUNA	PMDB	
JEFFERSON PERES	PDT	
FERNANDO BEZERRA	PTB	
HELOÍSA HELENA	P-SOL	

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere a solicitação da Senadora Ideli Salvatti.

Sobre a mesa, comunicação do Senador Leomar Quintanilha, que passo a ler.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me desliguei do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, filiando-me ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2005. – **Leomar Quintanilha.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa registra que se trata do primeiro caso de um Senador assumir esta Casa em nome do Partido Comunista do Brasil.

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 115, DE 2005 – CN

(Nº 633, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, encaminho a Vossas Excelências o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras, no 2º quadrimestre de 2005.

Brasília, 27 de setembro de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 125/2005 – MF MP

Brasília, 27 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência relatório contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o exercício de 2005, conforme disposto no art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2005), e em atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

2. A meta de resultado primário do Governo Federal para o exercício de 2005 foi fixada, no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2005, em R\$57,2 bilhões, sendo R\$44,5 bilhões referentes aos orçamentos fiscais e da seguridade social e R\$12,7 bilhões relativos ao Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras.

3. Os Decretos nº 5.379 e 5.463, de 2005, ao revisarem o cenário macroeconômico, ajustaram o valor nominal da meta de resultado primário do Governo Federal para o exercício de 2005. Por este último decreto a meta para o Governo Federal passou a ser de R\$62,1 bilhões, dos quais R\$47,0 bilhões relativos ao Governo Central e R\$15,2 bilhões referentes às estatais federais. Para o segundo quadrimestre, a meta do Governo Central corresponde a um superávit de R\$39,7 bilhões e de R\$7,3 bilhões para as estatais federais não-financeiras.

4. Após encerramento do segundo quadrimestre, informamos a Vossa Excelência o pleno cumprimento da meta fiscal estabelecida para o período, registrando que os superávits primários dos orçamentos fiscais e da seguridade social e das empresas estatais federais não financeiras registraram R\$50,1 bilhões e R\$9,1 bilhões, respectivamente. Assim, o resultado primário do Governo Federal foi superavitário em R\$59,2 bilhões, sendo R\$12,2 bilhões acima do previsto no Decreto nº 5.463, de 2005.

5. A demonstração e a avaliação do cumprimento da meta fiscal constam do relatório em referência, que também deverá subsidiar a exposição a ser realizada pelo Poder Executivo em audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

6. Diante do exposto, submetemos a Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos, propondo o encaminhamento do relatório em anexo à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

Respeitosamente, – **Antonio Palocci Filho – Paulo Bernardo Silva.**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
– META FISCAL QUADRIMESTRAL
2º QUADRIMESTRE DE 2005**

Senhores Ministros,

O presente documento foi preparado com vistas ao atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, na Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

2. Além disso, de acordo com o § 2º do art. 16 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2005), que orientou a elaboração da proposta orçamentária para 2005,

o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de até três dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas adotadas.

TABELA 1 - METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2005

ABRANGÊNCIA	LDO 2005		LOA 2005		Déc. 5.379/2005		Dec. 5.463/2005		Dec. 5.516/2005		Reestimativa (4º bimestre)	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	77,1	4,25	82,0	4,25	83,4	4,25	83,8	4,25	83,0	4,25	82,7	4,25
Governo Federal	57,2	3,15	60,8	3,15	61,8	3,15	62,1	3,15	61,5	3,15	61,3	3,15
- Governo Central	44,5	2,45	47,3	2,45	46,7	2,38	47,0	2,38	46,5	2,38	46,3	2,38
- Estatais Federais	12,7	0,70	13,5	0,70	15,1	0,77	15,2	0,77	15,0	0,77	15,0	0,77
PIB Nominal (R\$ milhões)	1.814.738		1.930.511		1.961.301		1.972.936		1.951.925		1.946.942	

3. Cumpre destacar inicialmente que a meta de resultado primário para o setor público consolidado equivalente a 4,25% do PIB no triênio 2005-2007, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2005, foi fixada para permitir a solvência intertemporal da dívida pública. Para o exercício de 2005, a meta do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) foi estabelecida em 2,45% do PIB, o equivalente, à época, a R\$44,5 bilhões. A meta para as empresas estatais federais do setor não-financeiro, por sua vez, foi estabelecida em 0,70% do PIB (R\$12,7 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2005 (Governo Central mais empresas estatais federais) estava traduzido em um superávit primário de 3,15% do PIB, o equivalente a R\$57,2 bilhões (tabela 1).

4. Para assegurar o cumprimento da meta do exercício, conforme determina o art. 16 da LDO-2005, e face à necessidade de dar adequada continuidade à execução das ações do governo, o Decreto nº 5.356, de 27 de janeiro de 2005, estabeleceu os limites de execução de outras despesas correntes e de investimento/inversões financeiras, respectivamente, em 12% e 8% das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), mantendo-se o restante das dotações orçamentárias bloqueado até avaliação de receitas e despesas.

5. Posteriormente, em atendimento ao disposto nos arts. 8º e 13 da LRF, e nos termos do art. 71 da LDO-2005, o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005 estabeleceu o cronograma de desembolsos mensais e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA-2005,

com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. No mesmo ato foram definidas as metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais, bem como as estimativas bimestrais de receita. Além disso, com base no § 1º do art. 16 da LDO-2005, a meta de resultado primário do Governo Central foi reduzida em 0,07 ponto percentual do PIB, compensada pelo aumento da meta das Empresas Estatais na mesma magnitude.

6. Por ocasião do referido Decreto, procedeu-se à revisão e atualização dos parâmetros econômicos alterando-se a expectativa de crescimento real da economia, de 4,00%, constante da LDO-2005 e do Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, para 4,32%. Os índices de inflação e as taxas de juros, por seu turno, incorporaram as expectativas de mercado da época, compatíveis com as metas de inflação para o exercício, conforme orientação da política monetária vigente (tabela 2).

7. Em função da reestimativa do PIB, a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício foi ajustada para R\$61,8 bilhões, dos quais R\$46,7 bilhões são relativos ao Governo Central e R\$15,1 bilhões, às estatais federais.

8. O resultado dessa revisão indicou a necessidade de limitação de empenho e de pagamento das despesas do Poder Executivo em R\$15,9 bilhões, relativamente ao autorizado na LOA-2005. Ressalte-se que dentro do limite global foram incluídas reservas de empenho e de pagamento, no valor de R\$350,2 milhões e R\$3,2 bilhões, respectivamente, para apropriação posterior aos órgãos de acordo com a necessidade de

execução, mediante ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

9. Após encerramento do primeiro bimestre, efetuou-se nova avaliação de receitas e despesas do exercício. As revisões efetuadas na oportunidade validaram as projeções elaboradas à época da edição do Decreto nº 5.379/2005, e as justificativas apresentadas no relatório enviado à Comissão Mista em março deste ano.

10. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 72 da LDO-2005, que estabelece que a limitação deve ser distribuída entre os Poderes e o MPU, proporcionalmente à participação destes na base contingenciável, foi informado o montante de limitação atribuído a cada um, assim discriminado: R\$41,2 mi-

lhões ao Poder Legislativo, R\$187,8 milhões ao Poder Judiciário e R\$30,2 milhões ao MPU.

11. Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto no Anexo de Metas Fiscais da LDO, em consonância com a disciplina fiscal e a manutenção de uma trajetória consistente de redução da relação dívida/PIB, foi divulgada nota oficial, em 29 de abril de 2005, apresentando as metas de resultado primário para o setor público consolidado no exercício de 2005. Ficou mantida a meta anual de superávit primário de 4,25% do PIB, o equivalente, à época, a R\$83,8 bilhões. Foram mantidas também as metas quadrimestrais para o Governo Central e para as empresas estatais federais constantes do Decreto nº 5.379/2005, porém ajustadas no terceiro quadrimestre pelo valor nominal do PIB adotado no PLDO 2006.

TESOURO NACIONAL

TABELA 2 - RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2005

DISCRIMINAÇÃO	LOA/2005 [A]	Dec.: 5.379/05 [B]	Dec.: 5.463/05 [C]	Dec.: 5.516/05 [D]	R\$ bilhões [D]-[A]
1. RECEITA TOTAL	374,8	361,8	368,2	368,1	-6,7
1.1 Administrada pela SRF	322,9	315,7	322,1	321,3	-1,6
1.2 Receitas Não Administradas	49,7	43,6	43,5	44,2	-5,5
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,2	2,6	2,6	2,6	0,4
2. TRANSF. A EST. E MUNIC.	78,3	74,0	76,3	76,9	-1,5
2.1 FPE/FPM/IPI Est. Exp.	60,1	57,7	59,9	60,6	0,5
2.2 Demais	18,2	16,3	16,5	16,3	-1,9
3. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	296,4	287,8	291,9	291,2	-5,2
4. DESPESAS	216,8	203,3	207,0	207,7	-9,0
4.1 Pessoal	91,3	91,3	92,0	92,5	1,2
4.2 Outras Correntes e de Capital	125,4	112,0	115,0	115,2	-10,2
4.2.1 Não-Discricionárias	34,1	36,2	38,3	38,1	4,0
4.2.2 Discricionárias - LEJU + MPU	4,6	4,6	4,3	4,3	-0,2
4.2.3 Discricionárias - Poder Executivo ¹	84,6	68,7	69,8	70,2	-14,3
4.2.4 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,2	2,6	2,6	2,6	0,4
5. RESULTADO DO TESOURO	79,7	84,5	84,9	83,5	3,8
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 - 6.2)	-32,3	-37,8	-38,9	-38,3	-6,0
6.1 Arrecadação Líquida INSS	107,7	105,4	106,6	108,2	0,5
6.2 Benefícios da Previdência	140,0	143,2	145,5	146,5	6,5
7. Discrepância Estatística²	0,0	0,0	0,9	1,3	1,3
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5 + 6 + 7)	47,3	46,7	47,0	46,5	-0,9
9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS ESTATAIS FEDERAIS	13,5	15,1	15,2	15,0	1,5
10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8 + 9)	60,8	61,8	62,1	61,5	0,7
Memo:					
Projeto Piloto de investimentos públicos	2,6	2,8	2,8	2,8	0,0

¹ Exclui despesas referentes às ações selecionadas nos termos do § 3º do art.16 da Lei nº 10.934/2004 (LDO 2005). Embora tais desembolsos sejam despesas primárias, a LDO 2005, nos termos do referido artigo, estabeleceu a possibilidade de dedução dos valores definidos para fins de cumprimento da meta do Governo Central.

² Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN

12. Encerrado o 2º bimestre, foi procedida à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, a partir dos dados realizados até o mês de abril, e dos parâmetros macroeconômicos atualizados. Após a análise, constatou-se melhora no cenário fiscal, indicando, consequentemente, a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de pagamento em R\$773,0 milhões, a qual foi efetivada com a edição do Decreto nº 5.463, de 13 de junho de 2005. Com tal ampliação, a limitação líquida para o ano passou para R\$15,1 bilhões em relação à LOA-2005. Paralelamente, foram restabelecidos os limites para os demais Poderes e para o MPU, proporcionalmente às reduções efetivadas anteriormente. Assim, a limitação atribuída ao Poder Executivo passou a ser de R\$14,8 bilhões; ao Legislativo, de R\$41,1 milhões; ao Judiciário, de R\$187,5 milhões; e ao MPU, de R\$30,1 milhões.

13. A expectativa de crescimento real da economia foi revista para 4,00%, ante 4,32% constante do Decreto nº 5.379/2005, e os índices de inflação, as taxas de juros e de câmbio passaram a incorporar as expectativas de mercado naquele momento.

TESOURO NACIONAL

TABELA 3 - PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Período	Inflação IPC/PI		Inflação IPCA		Câmbio médio	PIB			SELIC MÉDIA (%)	PETRÓLEO BRENT	
	Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.		R\$/US\$	R\$ milhões	Variação Real		US\$/BARRIL MÉDIA	Var. Média
LDO 2005	5,84%	5,00%	4,66%	4,50%	3,2407	1.814.738,2	4,00%	4,95%	12,52%	28,83	-8,10%
PLDA 2005	7,28%	5,26%	5,38%	4,50%	3,1550	1.849.755,3	4,00%	6,13%	13,47%	35,56	-2,64%
Dec 5.379/2005	8,79%	6,50%	6,37%	5,10%	2,8348	1.961.301,0	4,32%	7,09%	17,28%	42,57	11,39%
Dec 5.463/2005	8,84%	6,97%	6,52%	5,10%	2,6403	1.972.935,5	4,00%	7,22%	18,87%	50,87	33,11%
Dec 5.516/2005	7,05%	4,04%	6,93%	5,57%	2,5339	1.951.924,8	3,40%	6,86%	19,15%	52,84	38,27%
Reestimativa 4º bimestre	6,17%	2,16%	6,73%	5,29%	2,4839	1.946.941,9	3,40%	6,59%	19,04%	56,64	38,27%

Fonte: SPE. Elaboração: STN/Cesef

15. Em 23 de agosto foi editado o Decreto nº 5.516/2005, procedendo-se à ampliação em relação ao Poder Executivo. As estimativas de receitas administradas pela Receita Federal ficaram R\$814,6 milhões abaixo da previsão do Decreto anterior, não obstante aumentos tanto na previsão de receitas do Imposto de Renda, quanto da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de R\$1,3 bilhão e R\$465,6 milhões, respectivamente. As receitas não administradas apresentaram acréscimo de R\$684,8 milhões. Com a nova estimativa dos tributos partilhados, as transferências a estados e municípios elevaram-se em R\$536,3 milhões. Com isso, a receita líquida ficou R\$666,1 milhões abaixo daquela constante do Decreto nº 5.463/2005.

16. Em relação às despesas primárias obrigatórias, deve-se destacar: i) acréscimo de R\$504,9 milhões

A previsão da receita líquida do Tesouro Nacional foi ampliada em R\$4,1 bilhões para o exercício corrente, relativamente à previsão anterior. As estimativas de despesas obrigatórias (exceto benefícios previdenciários) elevaram-se em R\$2,8 bilhões e a expectativa de déficit da Previdência foi ampliada em R\$1,1 bilhão. Além disso, a meta de resultado primário do Governo Central foi acrescida em R\$276,9 milhões em função da reestimativa do valor nominal do PIB.

14. Em seguida, procedeu-se a revisão referente ao 3º bimestre, realizada em julho, a qual indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira no montante de R\$508,7 milhões, assim distribuídos pelos Poderes: Executivo (R\$500,0 milhões), Legislativo (R\$1,4 milhão), Judiciário (R\$6,3 milhões) e MPU (R\$1,0 milhão). Com isso, a limitação líquida para o ano passou para R\$14,6 bilhões em relação à LOA-2005, sendo R\$14,3 bilhões para o Executivo, R\$39,7 milhões para o Legislativo, R\$181,2 milhões para o Judiciário e R\$29,1 milhões para o MPU.

nos gastos com pessoal e encargos sociais, como decorrência de créditos suplementares encaminhados ao Congresso Nacional, destinados ao aumento dos magistrados e dos membros do MPU, a partir da aprovação do projeto de lei para fixação do subsídio do Ministro do STF e do Procurador-Geral da República e o remanejamento de despesas consideradas anteriormente em outras rubricas (e.g., sentenças judiciais); e ii) incremento de R\$190,0 milhões nas despesas com abono salarial.

17. O déficit da Previdência Social foi reestimado e reduzido em R\$622,5 milhões. A previsão da receita de contribuições foi elevada em R\$1,6 bilhão, refletindo a arrecadação verificada até junho e a expectativa de maior crescimento de massa salarial, em relação à constante no Decreto nº 5.463/2005 – passando

de 9,16%, para 10,07%. Por outro lado, a revisão da despesa com benefícios previdenciários – em função da expectativa de crescimento das concessões e dos valores de sentenças judiciais – indicou aumento de R\$984,2 milhões.

18. Os parâmetros macroeconômicos foram revistos à luz dos últimos dados disponíveis. A taxa de crescimento real do PIB para o ano foi revista para baixo, situando-se em 3,40%. As estimativas de preços e câmbio passaram a incorporar as expectativas de mercado. Com as revisões, o valor estimado do PIB foi reestimado e, como consequência, o valor da meta de resultado primário para o Governo Federal foi reduzido de R\$62,1 bilhões para R\$61,5 bilhões, sendo a parcela destinada ao Governo Central alterada de R\$47,0 bilhões para R\$46,5 bilhões e a das empresas estatais, de R\$15,2 bilhões, para R\$15,0 bilhões.

19. Encerrado o 4º bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observando dados realizados até o mês de agosto. Constatou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$820,1 milhões em relação à 3ª avaliação bimestral de receitas e despesas. Assim, a ampliação comunicada aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao MPU foi de, respectivamente, R\$806,0 milhões, R\$2,2 milhões, R\$10,2 milhões e R\$1,6 milhão. Como resultado, a limitação líquida para o ano foi reduzida para R\$13,8 bilhões em relação à LOA-2005. Desse valor, R\$13,5 bilhões para o Poder Executivo, R\$37,5 milhões para o Legislativo, R\$171,0 milhões para o Judiciário e R\$27,5 milhões para o MPU.

20. No que se refere às variáveis macroeconômicas, registre-se que a expectativa de crescimento real da economia permaneceu em 3,40%. Os índices de inflação e as taxas de juros incorporaram as últimas expectativas de mercado, apresentando compatibilidade com a meta de inflação estabelecida para o exercício. Destaca-se a revisão efetuada no IGP-DI que, após 4 meses de deflação – evento inédito na série histórica – incorporou uma expectativa de redução na taxa anual, de 4,04% para 2,16%.

21. A projeção da receita líquida anual foi aumentada em R\$3,9 bilhões, enquanto que as despesas obrigatórias (exceto benefícios previdenciários) cresceram R\$3,7 bilhões.

22. As estimativas das receitas administradas pela Receita Federal, líquidas de restituições, foram revistas em R\$2,8 bilhões, destacando-se os acréscimos na previsão do Imposto de Renda e da CSLL,

de R\$1,9 bilhão e R\$956,0 milhões, respectivamente. Esse acréscimo decorre, principalmente, da maior lucratividade de alguns setores importantes da economia, tais como telecomunicações, metalurgia básica, extração de minerais metálicos e eletricidade. Com efeito, o aumento da arrecadação do IR e da CSLL nos referidos setores, ao longo dos primeiros quadrimestres de 2005, em relação a igual período de 2004, foi de 97%, já descontado o IPCA.

23. As receitas administradas foram reestimadas, registrando acréscimo de R\$1,3 bilhão em função dos seguintes fatores: i) R\$886,1 milhões em dividendos, concentrado no adiantamento realizado pelo Banco do Brasil em agosto, bem como na previsão de adiantamento de dividendos do BNDES, em setembro, no montante de R\$615,0 milhões; e ii) R\$373,7 milhões na estimativa da cota-parte de compensações financeiras, devido ao aumento no preço do barril do petróleo e à incorporação do valor realizado em julho, bem superior ao previsto.

24. A projeção das despesas do Tesouro Nacional aumentou em R\$3,7 bilhões, o que pode ser explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) R\$989,3 milhões em pessoal e encargos sociais, decorrente da revisão da estimativa desses gastos até o final do exercício, inclusive incorporação do reajuste dos militares, e da inclusão de R\$50,0 milhões para atendimento de despesas de exercícios anteriores; ii) R\$506,0 milhões nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), devido à incorporação da realização dos últimos dois meses à base de projeções; iii) R\$ 1,3 bilhão nas despesas de custeio e investimento, pela abertura de créditos extraordinários autorizados pelas Medidas Provisórias nº 256, de 21 de julho de 2005, para realização de estudos no âmbito da Agência Nacional do Petróleo (ANP), construção de trecho pertencente à Ferrovia Norte-Sul e conservação de rodovias; nº 257, de 21 de julho de 2005, para atendimento de despesas decorrentes de danos causados por desastres, indenização e restituições relativas ao Proagro Mais, e para a aquisição de imóveis para a reforma agrária; e nº 260, de 24 de agosto de 2005, para reforma e ampliação de aeroportos nacionais; e iv) R\$483,4 milhões, em função de desembolso adicional para o seguro rural (Proagro Mais) – beneficiando especialmente agricultores do Pronaf.

25. Em relação à Previdência Social, houve redução de R\$395,3 milhões na expectativa de déficit do RGPS, em virtude da expectativa de crescimento da massa salarial, superior à estimativa constante do Decreto anterior, com reflexo positivo na arrecadação.

26. Por fim, em vista da revisão do valor estimado do PIB, o valor da meta de resultado primário para o Governo Federal foi reduzido para R\$61,3 bilhões, sentia que ao Governo Central cabe R\$46,3 bilhões e às empresas estatais, R\$15,0 bilhões. Esse valor não inclui como resultado das estatais federais a transferência de recursos de Itaipu para o Tesouro Nacional até o mês de julho no montante de R\$1,5 bilhão.

27. A seguir apresenta-se a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do segundo quadrimestre estabelecida para o conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social (Governo Central), e empresas estatais federais não financeiras, bem como as justificativas dos principais desvios.

2º QUADRIMESTRE DE 2005 CUMPRIMENTO DA META FISCAL

28. O Governo Federal apresentou superávit primário de R\$59,2 bilhões ao final do 2º quadrimestre do ano, R\$12,2 bilhões superior à expectativa constante do Decreto nº 5.463/2005. O resultado referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi superavitário em R\$50,1 bilhões, tendo ficado R\$10,4 bilhões acima do valor esperado. As empresas estatais federais não financeiras apresentaram superávit de R\$9,1 bilhões, frente à expectativa de superávit de R\$7,3 bilhões.



TABELA 4 - METAS DO GOVERNO FEDERAL 2005

Anexo V do Decreto de Programação Financeira 5.463/2005 de 13/06/2005

INDICADORES	Metas e Resultados				Percentual Desvio (%)
	Jan-Ago (A)	Jan-Ago (B)	% (B) / (A)	% (B) / (A)	
1. RECEITA TOTAL	243,1	249,5	6,4	2,7%	
1.1 Receita Administrada (*)	211,8	216,7	4,9	2,3%	
1.2 Receitas Não-Administradas	29,7	31,0	1,3	4,5%	
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	1,8	0,2	13,2%	
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,3	52,4	0,1	0,1%	
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	41,3	41,6	0,3	0,6%	
2.2 Demais	11,0	10,8	-0,2	-1,8%	
3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)	190,8	197,2	6,4	3,3%	
4. DESPESAS	129,8	126,0	-3,8	-2,9%	
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	57,7	57,7	0,0	-0,1%	
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	72,1	68,4	-3,7	-5,2%	
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	1,8	0,2	13,2%	
4.2.2 Não-Discretionárias	22,9	21,3	-1,6	-6,8%	
4.2.3 Discretionárias - LEJU + MPU	2,6	2,4	-0,2	-5,9%	
4.2.4 Discretionárias - Poder Executivo	45,0	42,8	-2,2	-4,9%	
5. RESULTADO DO TESOURO (3 - 4)	61,0	71,1	10,1	16,6%	
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 - 6.2)	-21,8	-21,8	0,0	-0,1%	
6.1 Arrecadação Líquida INSS	66,0	66,5	0,5	0,7%	
6.2 Benefícios da Previdência	87,8	88,2	0,4	0,5%	
7. Discrepança Estatística¹³	0,5	0,7	0,2	48,8%	
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5 + 6 + 7)¹⁴	39,7	50,1	10,4	26,2%	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS ESTATAIS FEDERAIS	7,3	9,1	1,8	25,2%	
10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8 + 9)	47,0	59,2	12,2	26,0%	
Memo:					
Projeto Piloto de investimentos públicos	1,7	0,1			
Ajuste Metodológico - Itaipu ¹⁵	0,7	0,4			
Resultado primário divulgado pelo Banco Central		59,2			
- Governo Central		50,5			
- Estatais Federais		8,7			

(*) Receita Administrada líquida de restituições e incentivos fiscais.

/1 Realizado fontes: STN/MF e Banco Central.

/2 Exclui despesas referentes às ações selecionadas nos termos do § 3º do art.16 da Lei nº 10.934/2004 (LDO 2005). Embora tais desembolsos sejam despesas primárias, a LDO 2005, nos termos do referido artigo, estabeleceu a possibilidade de dedução dos valores definidos para fins de cumprimento da meta do Governo Central.

/3 Diferença entre o primário apurado pelo Banco Central e o primário apurado pela STN, incluindo repasses de Itaipu para o Tesouro Nacional de janeiro a julho (R\$ 1,5 bilhão), a ser computado como resultado do Governo Central.

/4 Realizado fonte: Banco Central. Exclui valor referente ao ajuste metodológico de Itaipu do mês de agosto, considerado como resultado das estatais federais.

/5 Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional no mês de agosto, computado como resultado das estatais federais.

Obs: Tesouro inclui resultado do Bacen e operações do FGTS previstas na Lei Complementar 110/2001.

29. A tabela 4 apresenta o detalhamento do resultado obtido no período em comparação ao disposto nos anexos IV e V do Decreto nº 5.463/2005. Evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário estabelecida para o Governo Federal no período em avaliação. Não obstante o resultado obtido possibilitar o cumprimento da meta legal com disponibilidade, o excedente deverá ser absorvido nos próximos meses do exercício – face à sazonalidade dos gastos na execução das despesas do Tesouro Nacional e da Previdência Social, e do comportamento não previsto das receitas tributárias, especificamente devido ao IR e à CSLL neste exercício, que explica aquela disponibilidade no cumprimento da meta do quadrimestre.

30. A seguir são apresentadas as justificativas dos principais desvios referentes às receitas e despesas do Governo Central. Uma vez que os objetivos do segundo quadrimestre foram atingidos e que a revisão bimestral registra a manutenção da meta estabelecida no exercício, não há, neste relatório, a indicação de medidas corretivas.

2º QUADRIMESTRE DE 2005

JUSTIFICATIVA DOS DESVIOS OBSERVADOS

31. Conforme apresentado na seção anterior, o superávit primário obtido pelo Governo Federal no segundo quadrimestre de 2005 foi de R\$59,2 bilhões, superior à meta estabelecida no Decreto nº 5.463/2005 em R\$12,2 bilhões. Do total atingido, R\$50,1 bilhões foram gerados pelo Governo Central e R\$9,1 bilhões foram relativos às empresas estatais federais não financeiras.

32. O critério adotado para apresentação dos resultados realizados refere-se à metodologia “abaixo-da-linha” adotada pelo Banco Central, conforme definido na Mensagem Presidencial de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2005, em atendimento ao art. 11, inciso IV, da LDO-2005. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pelo Tesouro Nacional sob o critério “acima-da-linha”. A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de “discrepância estatística” decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. Destaque-se a explicitação de fonte de discrepância com o resultado apurado pelo Banco Central, decorrente do repasse de amortização de dívida de Itaipu para o Tesouro Nacional. Para fins de compatibilização dos resultados apurados, e tendo em vista a fixação das metas do 3º quadrimestre, o resultado das empresas estatais divulgado pelo Banco Central apresentado neste relatório está acrescido

de R\$435,0 milhões, correspondente à amortização de Itaipu no mês de agosto. Em idêntica magnitude é ajustado o resultado primário do Governo Central. Por outro lado, o valor dos repasses de Itaipu para o Tesouro Nacional de janeiro a julho, correspondendo a R\$1,5 bilhão, está sendo computado como resultado do Governo Central, de acordo com o divulgado pelo Banco Central.

33. Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Central no 2º quadrimestre de 2005, relativamente às estimativas constantes do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, são os seguintes: i) as receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo as do Banco Central) foram superiores em R\$6,4 bilhões (desvio de 3,3%); ii) as despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em R\$3,8 bilhões (desvio de 2,9%); iii) o déficit da Previdência Social ficou em R\$21,8 bilhões, em linha com o projetado; e iv) o superávit primário das empresas estatais federais foi de R\$9,1 bilhão, R\$1,8 bilhão acima do projetado (desvio de 25,2%).

34. A receita total do Tesouro (líquida de restituições e incentivos fiscais) totalizou R\$249,5 bilhões até agosto, diante de estimativa de R\$243,1 bilhões. A receita administrada ficou R\$4,9 bilhões superior à previsão (apresentando desvio de 2,3%). As receitas não-administradas ficaram R\$ 1,3 bilhão acima (desvio de 4,5%), e as referentes a contribuições ao FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110/2001, foram superiores em R\$211,9 milhões.

35. Relativamente às receitas administradas, os principais tributos que registraram ingressos superiores às estimativas foram: i) IRPJ, com arrecadação de R\$1,9 bilhão acima do esperado (desvio de 6,2%); ii) IRRF – rendimento do trabalho, R\$402,9 milhões superior ao previsto (desvio de 2,2%); iii) IRRF – remessas para o exterior, com ingresso de R\$553,3 milhões além do projetado (desvio de 17,5%); e iv) CSLL, com arrecadação de R\$1,4 bilhão acima do previsto (desvio de 8,6%).

36. Quanto ao IRPJ e à CSLL, o aumento é explicado, principalmente, pela maior lucratividade das empresas – notadamente aquelas que atuam nos setores de extração e refino de petróleo e de mineração e metalurgia, e ainda aquelas que atuam em setores cujos preços são administrados, especialmente setores elétrico e de telecomunicações. O ingresso do IRRF-remessas para o exterior acima das projeções decorreu, em boa medida, pela arrecadação atípica ocorrida no mês de julho, no valor de R\$ 250,0 milhões.


TABELA 5 - ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2º QUADRIMESTRE DE 2005
RECEITA ADMINISTRADA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS (1)

Anexo I do Decreto de Programação Financeira 5.463/2005 de 13/06/2005

RECEITAS	METAS JAN-AGO [A]	REALIZADO JAN-AGO [B]	DESVIO [B]-[A]	DESVIO (%) [B]/[A]
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.379,0	5.955,3	(423,7)	-6,6%
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	32,0	40,7	8,7	27,1%
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	16.067,0	15.205,8	(861,2)	-5,4%
I.P.I. - FUMO	1.565,0	1.510,4	(54,6)	-3,5%
I.P.I. - BEBIDAS	1.396,0	1.473,8	77,8	5,6%
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	2.338,0	2.295,2	(42,8)	-1,8%
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	3.545,0	3.411,9	(133,1)	-3,8%
I.P.I. - OUTROS	7.223,0	6.514,6	(708,4)	-9,8%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	71.978,0	74.970,7	2.992,7	4,2%
I.R. - PESSOA FÍSICA	5.608,0	5.670,9	62,9	1,1%
I.R. - PESSOA JURÍDICA	30.566,0	32.462,4	1.896,4	6,2%
I.R. - RETIDO NA FONTE	35.804,0	36.837,4	1.033,4	2,9%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	18.371,0	18.773,9	402,9	2,2%
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	11.920,0	11.739,9	(180,1)	-1,5%
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	3.160,0	3.713,3	553,3	17,5%
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	2.353,0	2.610,3	257,3	10,9%
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.827,0	4.023,9	196,9	5,1%
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	67,0	81,1	14,1	21,0%
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	19.283,0	19.360,1	77,1	0,4%
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	55.496,0	55.972,5	476,5	0,9%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	13.671,0	14.142,2	471,2	3,4%
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	15.788,0	17.152,5	1.364,5	8,6%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.144,0	5.083,8	(60,2)	-1,2%
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	204,0	202,1	(1,9)	-0,9%
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.014,0	2.435,0	421,0	20,9%
RECEITAS DE LOTERIAS	912,0	1.068,5	156,5	17,2%
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	412,0	438,9	26,9	6,5%
DEMAIS	691,0	927,6	236,6	34,2%
PAGAMENTO UNIFICADO	1.898,0	2.061,8	163,8	8,6%
RECEITA ADMINISTRADA	211.849,0	216.687,5	4.838,5	2,3%

37. As receitas não-administradas perfizeram R\$ 31,0 bilhões, superior em R\$1,3 bilhão ao previsto (desvio de 4,5%). Tal comportamento pode ser explicado, em grande medida, pelo desempenho da arrecadação de dividendos, pagos por empresas estatais em que a União detém participação acionária, refletindo a lucratividade dessas empresas em 2004.

38. Por sua vez, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$52,4 bilhões, apresentando desvio de R\$65,3 milhões (0,1%) acima das estimativas, refletindo, principalmente, o acréscimo de R\$268,0 milhões transferidos para os fundos cons-

titucionais (FPE/FPM), em função da arrecadação de tributos partilhados (especialmente IRPJ e IRRF) acima dos valores inicialmente previstos. De fato, observa-se significativo crescimento das transferências aos estados e municípios realizadas até agosto (em torno de 25%), comparativamente ao mesmo período do ano anterior: R\$52,4 bilhões em 2005 (correspondente a 4,15% do PIB), frente a R\$41,9 bilhões em 2004 (3,68% do PIB).

39. As despesas do tesouro Nacional – incluindo as do Banco Central – alcançaram R\$126,0 bilhões, montante inferior ao previsto no Decreto nº 5.463/2005

em R\$3,8 bilhões (desvio de 2,9%). Dado que a despesa com pessoal e encargos sociais ficou igual à prevista, R\$57,7 bilhões, esse desvio está concentrado inteiramente naquelas com custeio e capital. Tais despesas atingiram R\$68,4 bilhões, contra R\$72,1 bilhões previstos (desvio de 5,2%).

40. As despesas discricionárias do Poder Executivo executadas até agosto totalizaram R\$42,8 bilhões, inferiores às previstas em R\$2,2 bilhões (desvio de 4,9%). Os Ministérios das áreas sociais (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Previdência Social) utilizaram cerca de 97,5% de seus limites de pagamentos, ao passo que os demais Ministérios executaram 86,6%, percentuais superiores aos observados em igual período de 2004 (96,4% e 83,8%, respectivamente).

41. Para o exercício de 2005 destaque-se o crescimento das despesas discricionárias sob a supervisão do Ministério dos Transportes, incluindo o Projeto Piloto de Investimento, que deverão atingir o montante de R\$4,4 bilhões. Essas despesas, somadas às transferências dos recursos da Cide-combustíveis a estados e municípios, no valor de R\$1,8 bilhão no ano, elevarão os gastos previstos com transportes em R\$2,6 bilhões, comparativamente a 2004, quando os mesmos totalizaram R\$3,6 bilhões.

42. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o MPU executaram R\$2,4 bilhões em gastos discricionários, também inferiores ao valor projetado em R\$ 154,5 milhões (desvio de 5,9%).

43. As despesas não-discricionárias de custeio e capital totalizaram R\$21,3 bilhões, contra R\$22,9 bilhões previstos no Decreto em referência (desvio de 6,8%). Contribuíram para esse desvio a execução dos gastos com subsídios a exportações (desvio de R\$451,1 milhões, 53,9%), do custeio agropecuário (desvio de R\$263,2 milhões, 31,4%) e do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (desvio de R\$137,1 milhões, 76,4%).

44. A Previdência Social apresentou déficit compatível com o previsto no Decreto nº 5.463/2005. A arrecadação superou em 0,7% o estimado, porém foi contrabalançada pelo maior gasto com benefícios previdenciários. O comportamento observado na arrecadação líquida pode ser explicado, em grande parte, pela melhora no mercado formal de trabalho, que vem apresentando trajetória de crescimento de novas ocupações desde o início do ano (1,2 milhões de novas ocupações até agosto, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – Caged). O desvio de R\$440,6 milhões nos gastos com benefícios previdenciários, por sua vez, deveu-se, basicamente, ao aumento nas despesas de sentenças judiciais de pequeno valor e

precatórios ocorrido em 2005, totalizando um gasto de R\$3,4 bilhões.

45. Relativamente ao resultado primário das empresas estatais federais não financeiras, o esforço fiscal foi traduzido em superávit de R\$9,1 bilhões – considerando-se o montante relativo ao ajuste metodológico (Itaipu) de agosto (R\$435,0 milhões), contra a previsão de superávit de R\$7,3 bilhões constantes no anexo IV e V do Decreto nº 5.463/2005.

46. Em vista do exposto, fica aqui demonstrado, para o segundo quadrimestre de 2005, o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO-2005.

Respeitosamente, – **Tarcísio José Massote de Godoy**, Responsável pelo Expediente da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aviso nº 1.030 – C. Civil.

Em 27 de setembro de 2005

Assunto: Relatório de avaliação do cumprimento da meta de **superávit** primário.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República referente ao relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

.....
Art. 11. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – análise da conjuntura econômica do País, atualizando as informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei nº 101, de 2002, com indicação do cenário macroeconômico para 2005, e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – avaliação das necessidades de financiamento do Governo central, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal

implícitos no projeto de lei orçamentária para 2005, na lei orçamentária de 2004 e em sua reprogramação, e os realizados em 2003, de modo a evidenciar:

a) a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento; e

b) os parâmetros utilizados, informando, separadamente, as variáveis macroeconômicas de que trata o Anexo de Metas Fiscais referido no art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em 2003 e suas projeções para 2004 e 2005;

IV – indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

V – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesas e

VI – demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispêndios Globais, informando as fontes de financiamento, com o detalhamento mínimo igual ao estabelecido no art. 63, § 3º, desta Lei, bem como a previsão da sua respectiva aplicação, por grupo de natureza de despesa, e o resultado primário dessas empresas com a metodologia de apuração do resultado.

Art. 16. A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2005, a aprovação e a execução da respectiva lei devem ser compatíveis com a meta de superávit primário em percentual do Produto Interno Bruto – PIB, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º Na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei.

§ 2º Para fins da realização da audiência pública prevista no art. 90, 640, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao congresso Nacional, no prazo de até 3 (três) dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos necessários ajustes na metodologia de apuração do resultado primário a que se refere o inciso XI do Anexo II desta Lei, de forma a permitir a exclusão de despesas específicas, em decorrência de novos critérios que venham a ser ajustados com os Organismos Financeiros Internacionais.

§ 4º Na ocorrência da situação prevista no parágrafo anterior, deverá o Poder Executivo encaminhar à Comissão referida no § W do art. 166 da Constituição as justificativas das alterações e os novos critérios de apuração do resultado primário.

.....

Art. 71. Os Poderes e o Ministério Público da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2005, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modifiquem conterão:

I – metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – metas bimestrais de realização de receitas não-financeiras, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, desagregadas pelos principais tributos federais, considerando-se aquelas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, as do Instituto Nacional de Seguro Social, as outras receitas do Tesouro Nacional e as próprias de entidades da Administração indireta, bem como, identificando separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III – cronograma de pagamentos mensais de despesas não-financeiras à conta de recursos do Tesouro e da outras fontes excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União, constantes do Anexo V, desta Lei, e incluídos os Restos a Pagar, que deverão também ser discriminados em cronograma mensal à parte, distinguindo-se os processados dos não processados;

IV – demonstrativo de que a programação atende às metas quadrimestrais e à meta de resultado primário estabelecida nesta Lei; e (Vide Decreto nº 5.516, de 2005).

V – metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, destacando as principais empresas e separando-se, nas despesas, os investimentos.

§ 2º Exceituadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da constituição, na forma de duodécimos.

.....

Art. 72. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no caput será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2005, excluídas:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes do Anexo V desta Lei;

II – as demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes do Anexo V desta Lei;

III – as dotações referentes às atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes da proposta orçamentária.

§ 3º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 2º aplicam-se apenas no caso em que a estimativa atualizada da receita, demonstrada no relatório de que trata o § 6º, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária.

§ 4º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput, o Poder Executivo informará aos demais Poderes e ao Ministério Público da União, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação de que trai a o § 1º, publicarão ato no prazo de 7 (sete) dias do recebimento das informações, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 6º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 4º, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166. § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II – a revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV – os cálculos da frustração das receitas não-financeiras, que terão por base, demonstrativos atualizados de que trata o item VII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 7º Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, na forma prevista no texto da lei orçamentária, ou encaminhara projeto de crédito adicional:

I – até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre;

II – até 15 de outubro e de dezembro, conforme se trate de abertura de crédito mediante projeto de lei ou por decreto, respectivamente, no caso das reestimativas realizadas no segundo semestre.

§ 8º Aplica-se o disposto no § 6º a quaisquer limitações de empenho no âmbito do Poder Executivo, inclusive por ocasião da elaboração da programação anual de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com exceção do prazo que será de até 20 (vinte) dias da publicação do ato que efetivar a referida limitação.

§ 9º o decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, conterá as informações relacionadas no art. 71, § 1º, desta Lei.

§ 10. O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 6º no prazo de cinco dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a

programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 92 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das datações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

DECRETO Nº 5.379,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária financeira e estabelece o cronograma mensal desembolso do Poder Executivo para o exercício 2005, e dá outras providências.

.....
DECRETO Nº 5.356, DE 27 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256,
DE 21 DE JULHO DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$425.950.734,00, para os fins que específica.

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257,
DE 21 DE JULHO DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$1.214.000.000,00, para os fins que específica.

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 260,
DE 24 DE AGOSTO DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor Ministério da Defesa, no valor de R\$350.000.000,00, para os fins que específica.

DECRETO N° 5.463, DE 13 DE JUNHO DE 2005.

Altera os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

ANEXO I
ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2005
LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA				TOTAL
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	
IMPOSTO SÔBRE A IMPORTAÇÃO	1.395	1.513	1.624	1.847	2.031	1.988	10.398
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	18	6	4	4	4	4	39
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.606	4.106	4.044	4.311	4.503	4.531	25.102
I.P.I. - FUMO	395	396	373	401	413	440	2.417
I.P.I. - BEBIDAS	388	369	326	313	327	410	2.133
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	432	635	641	630	580	595	3.512
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	766	867	893	1.019	1.150	1.115	5.809
I.P.I. - OUTROS	1.626	1.838	1.812	1.947	2.034	1.973	11.230
IMPOSTO SOBRE A RENDA	18.010	20.293	17.850	15.825	13.618	21.228	106.824
I.R. - PESSOA FÍSICA	586	2.357	1.461	1.204	887	686	7.182
I.R. - PESSOA JURÍDICA	9.376	8.531	5.390	7.269	7.555	6.616	44.737
I.R. - RETIDO NA FONTE	8.048	9.406	10.999	7.351	5.176	13.926	54.905
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	4.728	6.732	3.802	4.109	2.217	5.479	26.066
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	2.109	1.922	5.867	2.022	1.649	6.492	20.061
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	703	1.059	706	692	733	1.187	5.080
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	507	693	624	529	577	768	3.698
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	874	1.005	966	982	892	1.052	5.771
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	13	19	17	18	192	51	311
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	4.446	4.792	4.974	5.071	4.587	5.609	29.479
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	13.985	13.487	13.858	14.166	14.837	15.398	85.731
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	3.569	3.330	3.335	3.437	3.593	3.840	21.104
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	4.725	4.507	2.817	3.739	4.036	3.440	23.264

CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.258	1.267	1.324	1.295	1.454	1.259	7.856
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	47	53	57	47	53	70	332
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	485	520	505	504	461	586	3.061
RECEITAS DE LOTERIAS	213	249	225	225	225	225	1.363
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	120	109	94	89	92	100	603
DEMÉSIS	163	162	185	190	144	261	1.095
PAGAMENTO UNIFICADO	486	501	454	457	466	476	2.840
RECEITA ADMINISTRADA	52.917	55.399	51.829	51.734	50.732	59.533	322.131

ANEXO IV
RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II-III-IV)	1.025.782	1.612.692
I - Receitas	19.196.454	29.033.575
II - Despesas	18.142.121	28.288.437
Investimentos	2.581.977	4.218.719
Demais Despesas	15.560.144	24.066.718
III - Ajuste Competência/Caixa	520.760	1.580.423
IV - Juros	549.311	762.869
B - Grupo PETROBRÁS (I-II-III-IV)	3.715.219	9.493.600
I - Receitas	104.738.635	162.327.708
II - Despesas	94.309.807	149.410.538
Investimentos	12.571.705	18.955.812
Demais Despesas	81.738.102	130.424.726
III - Ajuste Competência/Caixa	(7.318.699)	(4.430.758)
IV - Juros	(604.830)	(1.362.198)

C - ITAIPU (I+II+III+IV)	2.977.666	4.690.770
I - Receitas	4.794.687	7.240.591
II - Despesas	3.111.188	4.736.807
Investimentos	700.644	1.062.669
Demais Despesas	2.410.544	3.674.238
III - Ajuste Competência/Caixa	(776.974)	(950.006)
IV - Juros	(2.071.141)	(3.137.092)
D - Demais empresas (I+II+III+IV-V)	(434.310)	(610.492)
I - Receitas	12.486.148	20.514.556
II - Despesas	13.591.952	20.772.814
Investimentos	729.503	1.008.787
Demais Despesas	12.862.449	19.764.027
III - Ajuste Competência/Caixa	442.275	(689.877)
V - Juros	(229.219)	(337.643)
V - Transferências Itaipu		
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	7.284.357	15.191.570

ANEXO V
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2005

--R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Ago	Jan-Dez
1 RECEITA TOTAL	243,1	368,2
1.1. Receita Administrada pela SRF	211,8	322,1
1.2. Receitas Não Administradas	29,7	43,5
1.3. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
2 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52,3	76,3
2.1. FPE/FPM/IPI-EE	41,3	59,9
2.2. Demais	11,0	16,5

3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	190,8	291,9
4. DESPESAS	131,5	209,8
4.1. Pessoal e Encargos Sociais	57,7	92,0
4.2. Outras Correntes e de Capital	73,8	117,8
4.2.1. Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,6	2,6
4.2.2. Não Discretionárias	22,9	38,3
4.2.3. Discretionárias - LEJU + MPU	2,6	4,3
4.2.4. Discretionárias - Poder Executivo	46,7	72,6
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	59,3	82,1
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(21,8)	(38,9)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	66,0	106,6
6.2 Benefícios da Previdência	87,8	145,5
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	0,7	1,1
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,2)	(0,2)
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	38,0	44,1
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	7,3	15,2
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	45,3	59,3
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO § 3º DO ART.16 DA LEI N° 10.934, DE 2004	1,7	2,8
13. RESULTADO PRIMÁRIO AJUSTADO PARA FINS CUMPRIMENTO (DO 2005 (11+12)	47,0	62,1

**LEI COMPLEMENTAR Nº 110,
DE 29 DE JUNHO DE 2001**

**Institui contribuições sociais, autoriza
créditos de complementos de atualização
monetária em contas vinculadas do Fundo
de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e
dá outras providências.**

DECRETO Nº 5.516, DE 22 DE AGOSTO DE 2005

Altera os Anexos V, VI, IX, X e XI do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 233, DE 2005
(Nº 627, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional, Senador Álvaro Dias Suplente de Secretário,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguai”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.181, de 26 de setembro de 2005.

Brasília, 26 setembro de 2005. – **Luís Inácio Lula da Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.181, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguai.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar às Forças Aéreas Boliviana e Paraguai 12 (doze) aeronaves de treinamento, 6 (seis) para cada Força, de fabricação brasileira, tipo T-25 A Universal, acionadas por motor Lycoming IO-540K1D5, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão a expensas das Forças Aéreas Boliviana e Paraguai.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de setembro de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República. – **Luís Inácio Lula da Silva.**

Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguai.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar às Forças Aéreas Boliviana e Paraguai 12 (doze) aeronaves de treinamento, 6 (seis) para cada Força, de fabricação brasileira, tipo T-25 A Universal acionadas por inotor Lycoming IO-540K1D5, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão a expensas das Forças Aéreas Boliviana e Paraguai.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguai.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar às Forças Aéreas Boliviana e Paraguai 12 (doze) aeronaves de treinamento, 6 (seis) para cada Força, de fabricação brasileira, tipo T-25 A Universal, acionadas por motor Lycoming IO-540K1D5, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão a expensas das Forças Aéreas Boliviana e Paraguai.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Aviso nº 1.024 – C. Civil.

Em 26 de setembro de 2005

Assunto: Sanção presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 74, de 2005 (nº 4.042/04 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.181, de 26 setembro de 2005.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

– Nº 1.410/2005, de 14 de setembro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 665, do Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.783, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005 (nº 1.063/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de

Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Relator: Senador **Mão Santa**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005, que “aprova o texto do Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para à Instrução de Processos de Visto de Curta Duração, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 22 de setembro de 2003, por meio da Mensagem nº 482, de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria em tela foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pela apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovada pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

II – Análise

Segundo esclarece a Exposição de Motivos nº 215, de 11 de julho de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o texto do tratado, este dispõe sobre a adoção de medidas comuns que visam a agilizar a solicitação e a concessão de vistos de curta duração para nacionais das Partes signatárias que pretendam viajar para o território de outra Parte, para fins de turismo, trânsito ou negócios. O diploma internacional em apreço foi firmado no marco da IV Conferência de Chefe de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – sendo signatários os Governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O Acordo tende a facilitar o fluxo de nacionais dos Estados-Partes entre os seus territórios, e traduz o interesse do Brasil em incrementar os vínculos com os países do continente africano, particularmente com aqueles que conosco compartilham a língua portuguesa como idioma pátrio, “pedra basilar de sua identidade”, segundo acentua o preâmbulo do referido ato internacional.

O Artigo 1º estipula os documentos a serem exigidos para a instrução dos processos de visto de curta duração, sendo eles duas fotografias iguais, 3X4 e a cores; documento de viagem com validade superior, em pelo menos três meses, à duração da estada prevista; prova de meios de subsistência; bilhete de passagem de ida e volta; certificado internacional de imunização.

O Artigo 2º determina prazo máximo de sete dias a ser observado pelos Estados-Membros para a emissão de tais vistos a cidadãos dos outros Estados Membros.

O Acordo poderá ser suspenso temporariamente, por qualquer Estado-Membro, por motivos de segurança nacional, saúde pública ou obrigações internacionais, o que será comunicado imediatamente às outras Partes (Artigo 4º).

Criada em Lisboa em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cabe registrar, tem a finalidade de reunir os sete países lusófonos existentes – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – cm

torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concentração político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Coerente com sua política externa, a qual confere especial importância às relações com o continente da África, o Governo brasileiro mantém vários projetos de cooperação com os países membros africanos da CPLP, especialmente nas áreas de capacitação de recursos humanos e de saúde.

III – Voto

Por todo o exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2005, por sua conveniência, oportunidade, por ser versado em boa técnica legislativa e pela constitucionalidade e juridicidade.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005.

, Presidente

, Relator "AD HOC"

The image shows ten handwritten signatures, each enclosed in a circle and numbered 1 through 10. The signatures are written in cursive ink and appear to be in Portuguese. The numbers are placed to the right of their respective signatures. The signatures are arranged in two main groups: one group of five signatures at the top and another group of five signatures below them.

- 1. [Signature]
- 2. [Signature]
- 3. [Signature]
- 4. [Signature]
- 5. [Signature]
- 6. [Signature]
- 7. [Signature] (Márcia Santa) 7
- 8. [Signature]
- 9. [Signature]
- 10. [Signature]

*LEGISLAÇÃO CITADA,
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

PARECER Nº 1.784, DE 2005

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005,
de autoria do Senador Paulo Paim, que
autoriza o Poder Executivo a federalizar a
Universidade da Região da Campanha, na
cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande
do Sul.**

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 154, de 2005, de iniciativa do Senador Paulo Paim, autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a federalizar, como Universidade Federal da Campanha (UFCAMP), a Universidade da Região da Campanha (URCAMP), cuja sede se encontra em Bagé, bem como seus campi avançados em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Sant'ana do Livramento, São Boa, São Gabriel e Itaqui, todos situados no Rio Grande do Sul. Segundo o projeto, deverá ser ouvido aparte interessada.

A proposição determina, em seu art. 2º, que a Ufcamp terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, podendo, para tal, celebrar convênios com os governos estaduais e municipais.

Ainda segundo o projeto, já em seu art. 3º a Ufcamp deverá observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e sua estrutura organizacional e forma de funcionamento serão definidos em seu estatuto e nas normas pertinentes.

O inicio da vigência da lei que o projeto intenta criar é previsto, segundo seu art. 4º, para a data de sua publicação.

Entre os argumentos apresentados na justificação para embasar o processo de federalização; o autor do PLS destaca o fato de a reitoria da Urcamp ter entregue ao Ministério da Educação (MEC) projeto de viabilidade do empreendimento, bem como a descrição da região econômica atendida pela instituição de ensino.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

É desnecessário, mais uma vez, tecer longas considerações sobre os fortes argumentos existentes em favor da necessidade de uma ação mais efetiva do Poder Público Federal na expansão de sua rede de instituições de educação superior. O País precisa de ciência e de novos profissionais de nível superior para desenvolver-se. Além disso, tem crescido significativamente a demanda de jovens pela educação superior, fenômeno que contrasta com as dificuldades de pagamentos de encargos educacionais em estabelecimentos de ensino particulares pela maioria da população.

O Senador Paim mostra com propriedade, na justificação de seu projeto, a relevância da criação da nova universidade federal para o Estado Rio Grande do Sul. Como lembra o Senador, em decorrência da falta de investimentos públicos e privados, o atraso econômico da metade sul do Estado tem provocado o aumento gradativo do desemprego e, por consequência, o empobrecimento da população. A criação da Ufcamp seria vista, assim, como vetor do desenvolvimento regional, a partir do crescimento da produção científica, tecnológica e do conhecimento.

Apesar de concordarmos com esse diagnóstico e de sermos favoráveis à criação da nova universidade federal, a forma escolhida para fazê-lo merece reparos. Na verdade, não há como transformar, cm instituição federal, mediante lei, um estabelecimento mantido pela iniciativa privada, como é o caso da Urcamp. O que pode se dar é a criação de nova instituição e a transferência, por doação ou cessão, dos bens de uma instituição em favor da outra.

Conforme vem sendo divulgado, tanto o MEC quanto os dirigentes da Urcamp parecem inclinados a promover um acordo, embora o Ministério ainda estude a forma mais adequada de encaminhar a questão.

Desse modo, sugerimos a apresentação de emendas segundo as quais o Poder Executivo fica autorizado a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP). Uma vez efetivada a criação da nova universidade, os dirigentes da Urcamp poderão tomar as iniciativas jurídicas cabíveis para doar o patrimônio dessa instituição de ensino à Ufcamp.

Ressalte-se que não seria o caso de promover desapropriação, por utilidade pública, situação que envolveria justa e prévia indenização em dinheiro (Constituição federal, art. 5º, XXIV) e se faria, de todo modo, mediante decreto presidencial (Decreto-Lei nº 3.365, de 1941).

Para dar seqüência ao processo, o MEC, conforme fez em outros casos; como o da instalação da Universidade Federal de Tocantins, indicaria uma universidade federal já consolidada para monitorar o processo de implantação da Ufcamp, inclusive para tratar, conforme exigência constitucional, da realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas de docentes e dos demais servidores necessários ao funcionamento da nova universidade.

Cabe lembrar, ainda, que, em virtude do disposto no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, segundo o qual compete ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre a criação e extinção de órgãos da administração pública da esfera do Poder Executivo, projetos autorizativos como o sugerido são vistos como injurídicos por diversos constitucionalistas, uma vez que são desprovidos de qualquer efeito de coerção e, portanto, de eficácia. Afinal, o Presidente da República, cujas prerrogativas dispensam essa autorização, não tem qualquer obrigação de cumprir leis dessa natureza.

Vem sendo esse o entendimento da Câmara dos Deputados sobre a questão. O Senado Federal, contudo, interpreta a matéria de forma distinta. Segundo o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Portanto, à luz desse documento, não seria possível, no Senado Federal, arguir a constitucionalidade, por víncio de iniciativa, de projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar estabelecimentos educacionais.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, acolhidas as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do PLS nº 154, de 2005, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP).

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 154, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP), com sede no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

EMENDA Nº 3 – CE

Incluam-se os seguintes arts. 4º e 5º ao PLS nº 154, de 2005, renumerando-se o artigo posterior:

Art. 4º Fica a UFCAMP autorizada a receber os estudantes e o patrimônio da Universidade da Região da Campanha URCAMP), inclusive de seus **campi** avançados.

Art. 5º A instalação da UFCAMP subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Sala da Comissão, 13 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS N° 154/05 NA REUNIÃO DE 13/09/05
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPIINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
RELATOR	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCIADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÉNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO - NOMINAL

PLS / 54105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPIÑO				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEUTIMA				
JEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
RÉGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				AMIR LANDO				
VAGO					GARIBOLDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUFF	X				NEY SUASSUNA				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
VAGO					ROMERO JUÇA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLÉIDE					FERNANDO BEZERRA				
ELÁVIO ARNS					DECIÓDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTUNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAIS	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENTINO DA FONSECA				
TOTAL:	17	SIM: 15	NÃO: 2	ABST: 1	ACTOR: 01	PRESIDENTE: 01			

SALA DAS REUNIÕES, EM 13/10/2005

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO JMINAL

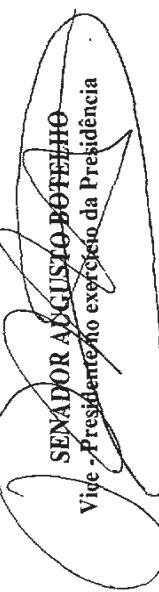
PLS
EMENDAS N° 01 CE
02 -CE & 03 -CE AO PLN 154/05
(em ofício)

TITULARES BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	NÃO AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PTB E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X		VAGO	GILBERTO GOELLNER	X		
JORGE BORNHAUSEN	X			CÉSAR BORGES			
JOSÉ JORGE	X			JOSÉ AGRIPOINO	X		
MARIA DO CARMO ALVES	X			MARCO MACIEL	X		
EDISON LOBÃO	X			ROMEUTUMA	X		
MARCELO CRIVELLA	X			EDUARDO AZEREDO	X		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X			SÉRGIO GUERRA			
GERALDO MESQUITA	X			LÚCIA VÂNIA			
LEONEL PAVAN	X			TASSO JEREISSATI			
REGINALDO DUARTE	X			SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	AMIR LANDO			
WELLINGTON SALGADO (VAGO)	X			GARIBBALDI ALVES FILHO			
VALDIR RAUPP	X			NEY SUASSUNA			
GERSON CAMATA				PAPALEO PAES			
SÉRGIO CABRAL				MÁO SANTA			
JOSE MARANHÃO				LUIZ OTÁVIO			
VAGO				ROMERO JUCÁ			
GILBERTO MESTRINHO				VAGO			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PP, PSD, PTB, PFL, PPS)	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PPR, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X			PAULO PAIM	X		
CRISTOVAM BUARQUE				ALOIZIO MERCADANTE			
FÁTIMA CLÉIDE				FERNANDO BEZERRA			
FLÁVIO ARNS				DELCÍDIO AMARAL			
IDELI SALVATTI	X			ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
ROBERTO SATURNINO	X			MAGNO MALTA			
MOZARILDO CAVALCANTI	X			PATRÍCIA SABOYA GOMES			
SÉRGIO ZAMBIAIS	X			JOÃO RIBEIRO			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO				JUVÉNCIO DA FONSECA			

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: O L

SALA DAS REUNIÕES, EM 13/10/2005

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência



TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Campanha (UF-CAMP).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal da Campanha (UFCAMP), com sede no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Ufcamp terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, podendo, para tal, celebrar convênios com os governos estadual e municipais.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufcamp, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos de seu Estatuto e das normas pertinentes.

Art. 4º Fica a Ufcamp autorizada a receber os estudantes e o patrimônio da Universidade da Região da Campanha (UFCAMP), inclusive de seus **campi** avançados.

Art. 5º A instalação da Ufcamp subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de setembro de 2005. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – Senador **Geraldo Mesquita**, Relator.

Of. nº CE/I28/2005

Brasília, 13 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo

a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul”, com as 3 (três) emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Ar. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indemnização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....
II – disponham sobre:

.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

.....
**DECRETO-LEI Nº 3.365,
DE 21 DE JUNHO DE 1941**

.....
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

.....
DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2005-CE**Requer a convocação de Audiência Pública destinada a analisar a proposta de Federalização de Universidades Comunitárias de Regiões Pobres.**

Senhor Presidente da Comissão de Educação,
Senador Hélio Costa,

Com fundamento no disposto no art. 93, do Regimento interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a convocação de Audiência Pública destinada a analisar e debater, com as autoridades responsáveis pela Educação no País, a problemática relativa à Federalização de Universidades Comunitárias, especialmente aquelas situadas em regiões pobres ou em declínio econômico.

Sugerimos sejam convidados a participar dessa Audiência Pública, as seguintes autoridades e interessados:

- O Ministro de Estado da Educação;
- Os Secretários Estaduais de Educação;
- Os Reitores de Universidades Comunitárias;
- Dirigentes das Entidades de Professores e Estudantes dessas Universidades.

Justificação

O propósito dessa Audiência Pública é verificar o grau de interesse dos setores envolvidos com a Educação no País com relação ao tema da Federalização das Universidades Comunitárias de Regiões Pobres e avaliar as formas legais de encaminhamento da questão, além de examinar o impacto social e econômico dela decorrente. No Rio Grande do Sul existe já o interesse concreto na federalização da Universidade da Região da Campanha (Urcamp), sediada em Bagé e abrangendo outros sete municípios da zona da fronteira-oeste. Em todo o estado, funcionam 40 campi universitários comunitários, com cerca de 120 mil alunos matriculados.

Essas instituições estão organizadas no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung). No país, somam 39 Universidades, 9 Centros Universitários, 2.000 Cursos e um total de 700.000 alunos. São representadas todas pela Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc).

Essas instituições são muito importantes do ponto de vista social e cultural para as regiões em que estão situadas. Tanto mais quanto se localizam em áreas de extrema pobreza, como a Metade Sul do Rio Gran-

de do Sul e as zonas deprimidas de outras regiões do país. Muitas comunitárias enfrentam dificuldades financeiras para sua manutenção – principalmente devido à impossibilidade dos alunos pagarem pelas mensalidades – além de não contarem com recursos suficientes seja no âmbito público, seja através de contribuições privadas.

Nesse cenário, se propõe a discussão da federalização dessas instituições. Os termos e a forma em que isso se efetivará, podem começar a ser debatidos nessa audiência. Tal iniciativa viria ao encontro da intenção manifestada pelo governo de promoção de ensino público gratuito e de qualidade, acessível às populações pobres.

Diante da dificuldade de alocação de recursos para instalação de novas universidades públicas, a federalização de algumas comunitárias nessas regiões poderia representar uma forma de atender àquele objetivo governamental que, na realidade, interessa a todos quantos tenham sensibilidade para a grave carência educacional e de formação profissional dos brasileiros de uma forma geral.

O País precisa decidir afinal, em que nível pretende estar inserido na comparação com outras nações no futuro, com referência à educação formal de seu povo e em que condições de competitividade internacional espera situar sua força de trabalho nas próximas gerações – e quanto está disposto a gastar nessa tarefa.

A Constituição, atualmente, reconhece três modelos de ensino: público, privado e comunitário. As instituições comunitárias de ensino possuem características do público e do privado. Por um lado, podem ser consideradas como modelo público de ensino, porém não estão vinculadas ao estado. Diferente das universidades estatais puras, financiadas pelo governo, as comunitárias – administradas por fundações e sociedades – retiram sua sustentação financeira das mensalidades dos alunos e programas governamentais, por meio de convênios. Mas, como não visam o lucro para o proprietário e se submetem a controles através das sociedades mantenedoras, também apresentam características de instituições públicas.

O governo está em vias de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de promovendo uma reforma universitária no país. O texto foi debatido, exaustiva e democraticamente, e a expectativa é que se constitua numa boa lei, tendo recebido propostas e emendas dos diferentes setores envolvidos. As universidades comunitárias são objeto das preocupações dos autores do texto da reforma e merecem uma referência no artigo 69, que diz o seguinte: "As instituições privadas

de educação superior, cujas mantenedoras se constituam sob a forma de associações, por instituição de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nas quais se incluem representantes da comunidade e do Poder Público, locais ou regionais, serão denominadas comunitárias".

No parágrafo único, segue o texto: "As instituições comunitárias de educação superior, subordinadas a controle externo, através de conselho social formado na base comunitária que lhe deu origem, deverão ser objeto de políticas especiais de qualificação promovidas pelo Ministério da Educação."

Constatamos, portanto, que existe um amplo espaço para debate e promoção das universidades comunitárias no Brasil.

Consideramos, Sr. Presidente, que tal cenário justifica plenamente a convocação de uma Audiência Pública com o propósito de debater e analisar profundamente a questão com a sociedade, especialmente num momento em que se propõe uma reforma universitária.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2005. – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Audiência Pública, aprovada por meio do Requerimento nº 16/05-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, subscrito pelo Senador Pedro Simon, aprovado em 17-5-05, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 154/05, de autoria do Senador Paulo Paim que "Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul", seja dispensada para que possamos agilizar a tramitação da matéria.

Em 16, de agosto de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° CE/128/2005

Brasília, 13 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a

Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, "Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul", com as 03 (três) emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 261, de 2005**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social e da Saúde e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$2.133.400.000,00 (dois bilhões, cento e trinta e três milhões, quatrocentos mil reais), para os fins que especifica", será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 261

Publicação no DO: 30-9-2005 (Ed. Extra)

Emendas: até 6-10-2005. (7º dia da publicação)

Prazo final na Comissão: 30-9-2005 a 13-10-2005. (14º dia)

Remessa do Processo à CD: 13-10-2005

Prazo na CD: de 14-10-2005 a 27-10-2005. (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF: 27-10-2005

Prazo no SF: 28-10-2005 a 10-11-2005. (42º dia)

Se modificado, devolução à CD: 10-11-2005

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: 11-11-2005 a 13-11-2005. (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 14-11-2005. (46º dia)

Prazo final no Congresso: 28-11-2005. (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/A/PSB/409/05

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Luciano Leitoa como titular para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para o Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, em substituição ao Deputado André Zacharow.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se V. Ex^a me permitir, porque é com tristeza que registramos que, infelizmente, faleceu ontem, em São Paulo, o Diretor da Secretaria de Administração Financeira da Casa, Sr. Celso Aparecido Rodrigues. O corpo dele será velado a partir das 23 horas desta segunda-feira, na capela 10, Cemitério Campo da Esperança, e o sepultamento será amanhã, 4 de outubro, às 9 horas.

Faço este comunicado à Casa com tristeza, Sr. Presidente, porque esse senhor, Celso Aparecido Rodrigues, no tempo em que estive junto à Mesa, inúmeras vezes me reuni com ele para uma série de encaminhamentos. Um homem comprometido efetivamente com esta Casa e com o povo brasileiro. Então registro a nossa solidariedade à família e comunico o falecimento a todos os seus colegas. Tenho certeza de que essa solidariedade é de todos os Srs. Senadores e os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está feito o registro por V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, por até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar fato de grande significação para o meu Estado e, por extensão, para todo o Nordeste brasileiro. Refiro-me ao anúncio ocorrido no dia 29 de setembro passado, de uma parceria estabelecida entre o Governo da República Bolivariana da Venezuela e o Governo da República Federativa do Brasil, representados, respectivamente, pelos Presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva.

Devo salientar que a parceria estabelecida entre os dois Governos redundou na definição da construção de uma refinaria no Nordeste, com sede no Estado de Pernambuco, de modo particular no Complexo Industrial Portuário de Suape.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a realização desse empreendimento representará o coroamento de uma luta de quase sessenta anos. Ao longo da minha vida pública – e até mesmo antes de iniciá-la –, já acompanhava, em Pernambuco, os grandes debates voltados à instalação no meu Estado, por ser o localizado no ponto mais adequado para a distribuição dos produtos e subprodutos que venham a ser gerados pela refinaria. Por isso, essa conquista foi muito importante não somente para o Estado, mas também para o Brasil, porque há 26 anos não se constrói uma refinaria nova em nosso País. É certo que no Governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, refinarias foram ampliadas, de modo especial a Refinaria Landulfo Alves de Mataripe (RELAM), localizada na Bahia, que ajudou, e muito, a minorar as dificuldades por que passa o Nordeste.

É bom lembrar, em que pesce a ampliação da refinaria, que o Nordeste continua a ter um déficit de oferecimento de gasolina e de muitos dos derivados do petróleo. O empreendimento gerará investimentos de US\$2,5 milhões, que serão divididos igualmente entre a Petrobras e da PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A., empresa estatal da República Bolivariana da Venezuela. A sua implantação deve estar concluída em cinco anos, ou seja, até 2011. Gerará trinta mil empregos diretos e indiretos durante a obra e processará duzentos mil barris de petróleo por dia.

O petróleo virá 50% da Venezuela e 50% do Campo de Marlin, no Rio de Janeiro. A refinaria vai produzir gasolina, diesel e gás de cozinha, entre outros subprodutos. Devo mencionar, também, como já tive ocasião de salientar, que isso vai ajudar a suprir uma deficiência que o Nordeste tem não somente em

relação à gasolina e ao diesel, mas com relação ao gás de cozinha. Estima-se que com essa refinaria, nós deixaremos de ter esse déficit e poderemos melhorar as condições para o desenvolvimento econômico e, por consequência, social da nossa região.

Sr. Presidente, destaco dois fatos que me parecem justificar a escolha de Suape para sede da refinaria. Um é de ordem geográfica. O Porto Suape fica no litoral sul do Recife e, pela sua infra-estrutura, enseja a instalação de unidade de tal porte. Mais do que isso, a sua localização permitirá uma distribuição adequada para todos o Nordeste, posto que Suape fica num raio de pouco mais de 600km de distância de todos os Estados da região – especialmente Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Suape é hoje uma realidade, esforço de – podemos dizer – nove Governos. Começaria lembrando Eraldo Gueiros, que o concebeu; depois Moura Cavalcanti, que avançou no planejamento e execução das primeiras obras, o meu governo, que acreditou muito em Suape. Contraímos, inclusive, um empréstimo internacional, sem contar a aplicação de recursos do Estado e o apoio do Governo Federal, via Portobrás. Só de recursos decorrentes de empréstimos internacionais, aplicamos, na ocasião, US\$ 60 milhões.

Mas devo dizer que esse esforço continuou na administração Roberto Magalhães, que foi meu Vice-Governador e me sucedeu no Governo de Pernambuco, assim como na de Miguel Arraes, de Joaquim Francisco e, agora e sobretudo, na administração Jair Bolsonaro.

Eu não gostaria de deixar de mencionar dois Governadores desse período, ainda que por um tempo relativamente limitado. Em primeiro lugar, o ex-Governador José Ramos, que assumiu o Governo do Estado quando me afastei para concorrer ao Senado da República, e, em segundo lugar, o ex-Governador Carlos Wilson Campos, que sucedeu ao Governador Miguel Arraes, que se desincompatibilizou para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Na minha administração, priorizei Suape, dentre muitos outros. Ao longo de minha vida pública, sobre tudo aqui no Congresso Nacional, sempre busquei alocar recursos e, mais do que alocar recursos, também criar junto à extinta Portobrás, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério da Infra-Estrutura, meios e modos de ajudar o desenvolvimento de Suape.

Depois, como Vice-Presidente da República, empenhei-me muito em obter verbas para o referido porto industrial. O Presidente Fernando Henrique sempre demonstrou sensibilidade para o fato e alocava recursos no Orçamento da União, sem prejuízo de que nossas bancadas também acrescessem ou aumentassem as dotações para Suape não sofresse solução de continuidade. As verbas liberadas para o Porto de Suape no Governo Fernando Henrique Cardoso totalizaram R\$ 228 milhões, valores da época; portanto, se corrigidos monetariamente importariam em torno de, pelo menos, de R\$ 400 milhões.

Essa é a razão de ordem geográfica que, a meu ver, justifica a escolha de Suape, não somente pela sua localização e infra-estrutura, mas também pelo fato de esses dois componentes tornarem possível uma adequada distribuição em todo Nordeste.

A segunda, é de ordem histórica. Nasceu em Pernambuco o General José Inácio de Abreu e Lima, que participou da nossa revolução de 1817 e, posteriormente, exilado, lutou ao lado de Simon Bolívar, com a patente de General, tendo sido um dos generais da luta pela emancipação da Venezuela. Isso valeu a Abreu e Lima o título de Libertador da Nova Granada.

É certo que, posteriormente, ele voltou ao Brasil e foi reintegrado como General. Falar sobre o General Abreu e Lima e o papel que ele exerceu quer no Brasil, quer na realização do sonho “bolivariano” de criar uma América Latina mais integrada, consumiria muito tempo.

Isso, a meu ver, foi um fator decisivo para que o Presidente Hugo Chavez se inclinasse para fazer parceria entre a PDVSA e a Petrobrás, e defuisse Pernambuco, terra do General Abreu e Lima, pelo reconhecimento do muito que ele fez pela integração sul-americana, que hoje é uma aspiração nacional. A integração sul-americana é um desdobramento – posso assim dizer – do Mercosul. Precisamos fazer com que a América Meridional se una num único espaço, num único Mercado Comum, assim como aconteceu com a União Européia.

Devo também, Sr. Presidente, que a refinaria vai permitir que surjam novos e importantes empreendimentos em todo o Nordeste. Por isso, não trata de uma vitória apenas de Pernambuco, mas do Nordeste. A palavra “Nordeste” é relativamente recente na nossa história, porque o Brasil, até o século XIX só se reconhecia duas grandes regiões, o Norte e o Sul. E não

foi por outra razão que, quando foi encaminhado à Câmara de Deputados projeto criando uma faculdade de Direito, estabeleceu-se que essa proposição deveria sofrer uma emenda, para que se contemplassem as duas grandes regiões do País. A Faculdade de Direito não deveria ficar no Rio de Janeiro, então, a capital do País e, ao invés de uma, duas faculdades deveriam ser criadas, uma no Sul, em São Paulo, no Largo do São Francisco, e outra no Nordeste, em Olinda, hoje transferida para o Recife.

A conceituação de “Nordeste” como grande região é recente. Nela trabalharam sociólogos, políticos, geógrafos, etc, entre os quais gostaria de chamar a atenção para a literatura regionalista de José Lins do Rego e outros tantos e também para a obra do sociólogo e antropólogo Gilberto Freire.

O Nordeste constitui um todo e, portanto, esse empreendimento vai ajudar a fazer com que a região cresça a taxas mais altas beneficiando, consequentemente, toda a comunidade nordestina e – o que é importante – reduzindo-lhe muito a dependência da energia do Sul do País.

Falei, no início do meu discurso, que há um déficit de oferecimento de combustíveis para o Nordeste.

Em 2001 – o último dado que eu tenho –, esse déficit era 142 mil barris/dia. Em 2010, esse déficit cresceria, segundo previsão, para 300 mil barris/dia. Obviamente, com a construção dessa refinaria, o déficit seria vencido. Vai-se criar condições também para que nós possamos melhorar a infra-estrutura física e econômica da região.

Sr. Presidente, também gostaria de salientar que os passos que foram dados, se bem que significativos, necessitam de uma complementação. Faço, agora, duas observações: em primeiro lugar, há necessidade de continuidade na liberação de recursos para Suape. Este ano mesmo os recursos previstos são de R\$41.670.000,00, mas só foram liberados – e já estamos em outubro – R\$6.600.000,00. Isso me leva a fazer um apelo ao Ministro dos Transportes a fim de que diligencie para a liberação de recursos, para que demos velocidade às obras no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Acho que, se assim fizermos, estaremos criando condições para diminuir o *gap*, o fosso entre o desenvolvimento do Nordeste e do Sul-Sudeste do País, ajudando a reduzir as disparidades interespaciais, que ainda são muito agudas em nosso País. Vou além: essas

disparidades são geradoras das desigualdades sociais e, consequentemente, precisam ser superadas.

A segunda questão diz respeito à necessidade de reforçarmos o apoio na área de educação e de ciência e tecnologia. É lógico que a educação é a chave de qualquer política de desenvolvimento, mas, no caso específico, precisamos qualificar recursos humanos e criar condições de aportes também na área científica e tecnológica para que possamos, utilizar melhor os benefícios que a refinaria propiciará. Cada vez mais, o emprego pressupõe recursos humanos habilitados.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, neste momento, testemunhando nosso reconhecimento ao Presidente Hugo Chávez pela parceria com o Governo Federal. A determinação do Presidente venezuelano muito contribuiu para que Pernambuco sediasse o empreendimento

Não poderia deixar de, começando pelo fim, lembrar o Governador Jarbas Vasconcelos, que sempre entendeu que isso era muito importante e deu continuidade e impulso às obras de Suape. Ao homenageá-lo, estendo também minha homenagem a todos os Governadores que o antecederam e, mais do que isso, a todos aqueles que, em diferentes oportunidades, deram sua contribuição: entre eles, lembro o Presidente Ernesto Geisel, que instalou um terminal de granéis líquidos da Petrobras em Suape, o Presidente João Figueiredo e outros Presidentes que trabalharam no sentido de que tudo isso se materializasse. Também não podemos deixar de reconhecer o apoio das instituições de classe de meu Estado e, de modo particular, de nossas Bancadas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Enfim a todos.

Expresso, Sr. Presidente, minha alegria e além disso, minha satisfação em ver definida a Refinaria General Abreu e Lima, fazendo com que Pernambuco e toda a região cresçam cada vez mais e a taxas mais elevadas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por até 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a corrupção e o desperdício de recursos públicos no País derrubam a posição

do Brasil em *ranking* de competitividade, divulgado na última quarta-feira, pelo Fórum Econômico Mundial.

A avaliação negativa dos empresários brasileiros sobre esses dois fatores foi determinante para caracterizar a perda de competitividade do Brasil, demonstrada nesse estudo. Derrubou o Brasil do 57º lugar, em 2004, para o 65º lugar, em 2005, no *ranking* de competitividade.

É importante destacar que as opiniões dos empresários entrevistados no Brasil foram coletadas entre janeiro e abril deste ano, antes, portanto, do início da atual crise política desencadeada pelas denúncias do “mensalão” e das irregularidades nos Correios.

Esse Relatório de Competitividade Global revela que o Brasil caiu, neste ano, oito posições em relação aos países mais competitivos, devido ao favorecimento de funcionários do Governo e à queda na qualidade das instituições públicas.

O Brasil está no 65º lugar, em um *ranking* de 117 posições, atrás de países latino-americanos como El Salvador e Colômbia, que subiu sete posições e ficou em 57º lugar, mesma posição do Brasil no ano passado.

Na lista deste ano, o Brasil aparece logo atrás de Gana, Trinidad e Tobago, Cazaquistão, Croácia, Namíbia e Costa Rica. Há dois países africanos, portanto, à frente do Brasil.

O comunicado que anuncia a divulgação desse *ranking* diz que “os escândalos de corrupção e outros eventos que atingiram a ‘imagem’ do setor público minaram a confiança dos empresários e desviaram as atenções dos legisladores de tarefas importantes na preparação da economia brasileira para os desafios da concorrência internacional”. Repito que, embora esse comunicado faça referência a escândalos de corrupção, o *ranking* foi elaborado antes das últimas denúncias, que proporcionaram o maior escândalo de corrupção na nossa história.

O coordenador da pesquisa do Fórum Econômico Mundial no Brasil, Professor Carlos Arruda, destaca que os dados do estudo confirmam uma preocupação anterior: havia quebra de confiança do empresariado no Governo Federal.

O Relatório de Competitividade Global foi elaborado a partir de consultas a 11 mil líderes empresariais de 117 países, no começo deste ano. O *ranking* é baseado em dados públicos e na opinião dos executivos

sobre três fatores: ambiente macroeconômico, instituições públicas e tecnologia.

A maior queda do Brasil foi registrada na categoria instituições públicas: o País caiu 20 posições. Os indicadores nessa categoria incluem *rankings* sobre corrupção, pagamentos irregulares e favorecimento de funcionários públicos no desenvolvimento de políticas e decisões de compras.

Na avaliação de Augusto Lopez-Claros, economista-chefe e diretor do programa, “o nosso índice mostra uma piora nos ânimos da comunidade empresarial nos últimos seis meses, refletindo as preocupações com a falta de níveis adequados de transparência do setor público”.

O Governo precisa agir rapidamente para enfrentar problemas em áreas importantes como educação, infra-estrutura e emprego.

No *ranking* dos países que, na visão de executivos, menos desperdiçam recursos públicos, por exemplo, o Brasil caiu 39 posições (do 72º para o 111º lugar entre 117 nações). Portanto, há apenas 6 nações atrás do Brasil.

No *ranking* do relatório que aponta as nações com menor nível de corrupção, na opinião dos empresários, o Brasil despencou de 45º para 62º lugar.

Imaginem se esse estudo tivesse sido elaborado após a explosão dos atuais escândalos de corrupção que estamos investigando?

Os entrevistados também foram convidados a indicar os cinco fatores, de uma lista de 14, que mais atrapalham a realização de negócios em seus países.

Os principais problemas citados no Brasil foram os já conhecidos: os impostos, a regulamentação tarifária, a burocracia, o acesso a financiamentos e as restrições da legislação trabalhista.

Um dos raros aspectos positivos sobre o Brasil aparece no trecho do relatório dedicado ao ambiente macroeconômico: a estabilidade macroeconômica. O índice é fruto do controle da inflação e do aumento das exportações.

O pesquisador-chefe acrescenta, no entanto, que a conquista desse item acabou superada por outras avaliações negativas incluídas no relatório.

O Fórum Econômico Mundial é uma organização não-governamental que presta consultoria à Organização das Nações Unidas, a ONU, e promove o encontro anual de Davos, na Suíça.

O País da América Latina que ocupa a melhor posição é o Chile, em 23º lugar. Em seguida, aparece o Uruguai, que ultrapassou o México e ocupa o 54º lugar.

O relatório destaca que a distância entre o primeiro e o segundo colocado na América Latina aumentou de 26 para 31 colocações e afirma que essa é "uma característica que não se observa em qualquer outra região do mundo".

A liderança global do *ranking* ficou com a Finlândia. Os Estados Unidos aparecem em 2º lugar, seguidos por Suécia, Dinamarca e Taiwan.

Creio, Sr. Presidente, que cabe ao Governo analisar cuidadosamente essas informações. A queda de competitividade é razão direta da incompetência administrativa, da ineficácia das ações governamentais e da sua incapacidade de execução.

Antes de concluirmos este pronunciamento, queremos destacar que o País necessita de marcos regulatórios compatíveis com a experiência internacional, de segurança jurídica e adequada prioridade no orçamento público. São esses os elementos básicos dessa necessária retomada do investimento, do restabelecimento da eficiência administrativa, com uma execução orçamentária voltada para prioridades básicas que possam realmente alavancar a competitividade do nosso País. Tudo isso nos permitirá abandonar definitivamente o lugar vergonhoso que ocupamos hoje e alcançar um avanço significativo nesse *ranking* da competitividade internacional.

Destaco especialmente a ausência de investimentos públicos em setores fundamentais para o futuro do Brasil. Energia elétrica, por exemplo, Sr. Presidente, necessita de R\$20 bilhões de investimentos por ano, segundo a Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica. Os investimentos realizados no Brasil estão muito aquém dessa exigência.

Não é por outra razão que recentemente especialistas alertaram o Governo brasileiro para a iminência de um "apagão" futuro, por volta de 2009 e 2010, com consequências dramáticas para a economia brasileira. Se o Governo não acordar para essa realidade, não se conscientizar da necessidade de investir de forma mais competente no setor de energia elétrica, estaremos preparando o Brasil para um novo "apagão" nesse período. Certamente, quando chegarmos lá, o atual Governo não será mais responsabilizado, pois o tempo passou, os anos se sucederam e obviamente acaba-se

por apagar da memória a responsabilidade de quem deveria investir adequadamente, preventivamente, numa demonstração de estratégica para o futuro que deve existir em qualquer governo competente.

Outro item: saneamento básico. Nove bilhões de reais são necessários, segundo o Ministério das Cidades. E estamos verificando que o Governo aplica um percentual insignificante daquilo que fica provisionado no Orçamento da União para investimentos no setor do saneamento.

Já trouxemos a esta tribuna um dado impressionante. O Governo Lula gastou, em 2004, em saneamento urbano menos do que despendeu nas prestações do "Aerolula". O Governo brasileiro gastou mais no pagamento do avião presidencial do que investiu em saneamento básico urbano em 2004.

Segundo a Associação Nacional da Empresas de Obras Rodoviárias, são necessários R\$ 4,5 bilhões anuais para as rodovias. E sabemos, pois os números são trazidos constantemente a esta tribuna, que o Governo investe muito pouco em rodovias, ao passo que financia obras rodoviárias no Peru, no Paraguai, na República Dominicana, na Venezuela, com recursos oriundos do BNDES mas negados para obras do gênero em nosso País.

São necessários R\$3 bilhões em investimento para as ferrovias, segundo Associação Nacional dos Transportadores. E sabemos que as nossas ferrovias estão abandonadas.

Para os portos, R\$1,2 bilhão, segundo Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga.

As hidrovias necessitam R\$ 500 milhões em investimento.

Totalizando, são necessários R\$38,2 bilhões em obras de infra-estrutura para setores fundamentais como os que agora lembramos.

E pergunto e respondo: quanto o Governo está investindo por ano? Dos R\$38,2 bilhões necessários, este ano pouco mais de R\$6 bilhões foram investidos. Nós no final do ano e não chegamos a R\$7 bilhões de investimentos em obras de infra-estrutura. Sequer os investimentos necessários para a conservação da nossa malha viária estão sendo realizados, apesar da instituição da Cide com esse objetivo. Os recursos da Cide, que deveriam ser aplicados na recuperação das nossas estradas, são, majoritariamente, desviados para compor o superávit primário, que se eleva a cada passo no atual Governo. Dessa forma, vamos per-

tindo a destruição desse extraordinário patrimônio que são as rodovias, construídas em muitos governos por bilhões de dólares investidos nesse setor.

Sem dúvida, isso justifica a nossa preocupação em requerer auditoria para os investimentos do Brasil no exterior em obras de infra-estrutura com os recursos do BNDES.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O requerimento de nossa autoria, encaminhado à Mesa e retirado da pauta, deve ser recolocado na Ordem do Dia para deliberação. Esse requerimento solicita a auditoria nos empréstimos do BNDES para investimentos em obras públicas no exterior. Não se justifica que, enquanto o País investe mal, não atende às necessidades de investimento em setores fundamentais de infra-estrutura, possibilite, através do BNDES, obras no exterior que, lamentavelmente, não implicam geração de empregos, renda, receita pública e benefícios a favor do povo brasileiro.

Por essa razão, Sr. Presidente, voltamos a insistir nesse tema. US\$2,9 bilhões foram aplicados, através do BNDES, em obras como ponte na Venezuela, irrigação na República Dominicana, estradas no Peru, estradas no Paraguai. Se temos recursos para investimentos em obras de infra-estrutura em outros países, como negar recursos para investimentos fundamentais que preparem o País para o desenvolvimento econômico que, mesmo vegetativo, insuficiente e muito aquém das nossas potencialidades, exigem recursos dessa ordem no setor de infra-estrutura?

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, sem prejuízo da ordem de inscrições.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco. PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal um artigo que julgo da maior lucidez e constitui uma grande contribuição à história do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. O artigo é de autoria de Leonardo Boff, um dos maio-

res filósofos da atualidade, um homem que participa da vida do povo brasileiro há décadas, exercendo seu testemunho a partir da convivência, da observação, da divisão solidária de expectativas e frustrações, de tudo o que se põe no horizonte de cada cidadão brasileiro. É evidente que, ao escrever um artigo dirigido ao Partido dos Trabalhadores, de maneira mais distinta aos dirigentes, aos militantes e àqueles que representam o Partido nas esferas de decisão, ele o faz com um sentimento que trouxe muitas dúvidas aos próprios dirigentes. Alguns quiseram sair do Partido no dia seguinte à crise.

Apesar de ainda estarmos em ambiente de crise, o momento mais crítico foi aquele da descoberta de que, de fato, alguns praticaram desvio de conduta, que afetou a história de todo o Partido, de um Partido que tem compromissos com a vida nacional, com o processo de democratização e com os destinos deste País, um Partido com mais de 820 mil filiados.

Não fiz a leitura desta matéria imediatamente após sua publicação em razão dos próprios afazeres da agenda parlamentar.

Diz o memorável artigo de Leonardo Boff:

Porque ficar no PT

Tudo que é sadio pode ficar doente. A parte sadia pode curar a parte doente. Saúde, sabem-no seus operadores, não é a ausência de danos, inerentes à condição humana. É a força de viver com esses danos e ainda crescer humanamente com eles. Esta perspectiva vale para a crise que atingiu o PT e toda a classe política. A doença da corrupção é ocasião de melhorar a democracia e a política em todos os partidos.

Esta leitura não desculpa os erros cometidos, mas denuncia o moralismo que faz desses erros doença terminal. Por protesto que mascara o moralismo, muitos tendem a abandonar o partido. Com isso, agravam a dispersão das forças de esquerda, que ficam enfraquecidas, como alternativa às forças conservadoras que construíram o país desigual e injusto que herdamos. Estas aproveitam a atual crise que tem origem no PT para poder voltar e continuar a fazer o que sempre fizeram. Quero apresentar alguns argumentos em favor da permanência no PT.

É aconselhável ficar no PT porque através dele um filho do caos social e representante dos movimentos sociais populares chegou à Presidência depois de séculos de exclusão e marginalização das classes populares. Lula tem a cara do povo e se fez depositário de suas esperanças.

É aconselhável ficar no PT porque ele representa a ruptura do poder político que sempre dominou na história brasileira, organizando o Estado e gerenciando o Governo em benefício das elites econômicas, sociais e intelectuais.

É aconselhável ficar no PT porque ele fez avançar a democracia com qualidade social e emancipatória. A Bolsa-Família, o microcrédito, o crédito consignado, o apoio à agricultura familiar e outras iniciativas sociais beneficiam milhões de pessoas. Isso vai além das políticas meramente compensatórias, o que faz a diferença da macroeconomia do governo anterior. Com o PT no governo serão mais ampliadas tais atividades.

É aconselhável ficar no PT porque ele representa o espaço no qual os ausentes da história se fazem presentes e os injustamente emudecidos aprendem a discutir os problemas do Brasil e do mundo. Sob o Governo Lula há diálogo com os movimentos sociais e estes não são criminalizados.

É aconselhável ficar no PT porque o partido é mais que instrumento de um projeto alternativo de Brasil, pois encarna uma história de resistência e de luta construída durante 25 anos, gerando sentimento de pertença coletivo e verdadeira comunidade de destino, com valores políticos novos e ampla participação de estratos antes excluídos.

É aconselhável ficar no PT em fidelidade e lealdade aos milhões de simpatizantes e milhares de militantes que, apesar dos erros cometidos pelo grupo dirigente, continuam acreditando nos ideais generosos do PT e alimentando a esperança de que tudo é resgatável e ocasião de aprendizado. O PT é uma construção do povo conscientizado.

É aconselhável ficar no PT para ajudá-lo a sanar suas feridas, refundá-lo se for preciso, para que realize a segunda abolição, da prebiça e da miséria, com políticas mais inclusivas e conferir um caráter mais social e ético à democracia.

É aconselhável ficar no PT para reforçar as esquerdas mundiais, dispersas e confusas face às artimanhas sempre flexíveis dos donos do poder mundial, para que possam resistir e manter a esperança de que outro mundo é possível.

É um artigo memorável em que Leonardo Boff descreve a crise, interpreta as suas consequências e analisa o valor que tem o Partido dos Trabalhadores para a história democrática brasileira.

Em nenhum momento, ele minimiza a responsabilidade dos dirigentes do PT pela crise gerada. Em nenhum momento, Leonardo Boff defende a não-punição dos culpados. Em nenhum momento, discute, nesse artigo, desvio de responsabilidades. O que se quer é dar a devida consideração histórica ao Partido dos Trabalhadores e sua participação no processo de redemocratização do País, nas lutas populares por acesso à inclusão social e pelos direitos dos trabalhadores e destacar as responsabilidades que temos para com a democracia e para com o futuro do País.

Espero que essa manifestação, muito mais do que um alerta aos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, seja um chamado à reflexão dos outros partidos que têm características programáticas semelhantes às do Partido dos Trabalhadores e, sem dúvida alguma, podem partilhar com ele as responsabilidades pelo futuro do Brasil.

É o registro que faço, Sr. Presidente, pedindo à Mesa que insira nos Anais do Senado Federal esse artigo, que manifesta a observação filosófica e atual de Leonardo Boff sobre a história política do Partido dos Trabalhadores e de seus dirigentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Porque ficar no PT

Leonardo Boff

22/9/2005

Sesi: T. Viana

Tudo que é sadio pode ficar doente. A parte sadia pode curar a parte doente. Saúde, sabem-no seus operadoras, não é a ausência de danos, inerentes à condição humana. É a força de viver com esses danos e ainda crescer humanamente com eles. Esta perspectiva vale para a crise que atingiu o PT e toda a classe política. A doença da corrupção é ocasião de melhorar a democracia e a política em todos os partidos.

Esta leitura não desculpa dos erros cometidos mas denuncia o moralismo que faz desses erros doença terminal. Por protesto que mascara o moralismo muitos tendem a abandonar o partido. Com isso agravam a dispersão das forças de esquerda que ficam enfraquecidas como alternativa às forças conservadoras que construiram o país desigual e injusto que herdamos. Estas aproveitam a atual crise que tem origem no PT para poderem voltar e continuar a fazer o que sempre fizeram. Quero apresentar alguns argumentos em favor da permanência no PT.

É aconselhável ficar no PT porque através dele um filho do caos social e representante dos movimentos sociais populares chegou à Presidência depois de séculos de exclusão e marginalização das classes populares. Lula tem a cara do povo e se fez depositário de suas esperanças. É aconselhável ficar no PT porque ele representa a ruptura do poder político que sempre dominou na história brasileira, organizando o Estado e gerenciando o Governo em benefício das elites econômicas, sociais e intelectuais.

É aconselhável ficar no PT porque ele fez avançar a democracia com qualidade social e emancipatória. A Bolsa Família, o microcrédito, o crédito consignado, o apoio à agricultura familiar e outras iniciativas sociais beneficiam milhões de pessoas. Isso vai além das políticas meramente compensatórias, o que faz a diferença da macroeconomia do governo anterior. Com o PT no governo serão mais ampliadas.

É aconselhável ficar no PT porque ele representa o espaço no qual os ausentes da história se fazem presentes e os injustamente emudecidos aprendem a discutir os problemas

do Brasil e do mundo. Sob o Governo Lula há diálogo com os movimentos sociais e não são criminalizados.

É aconselhável ficar no PT porque o partido é mais que instrumento de um projeto alternativo de Brasil pois encarna uma história de resistência e de luta construída durante 25 anos, gerando sentimento de pertença coletivo e verdadeira comunidade de destino, com valores políticos novos e ampla participação de estratos antes excluídos.

É aconselhável ficar no PT em fidelidade e lealdade aos milhões de simpatizantes e milhares de militantes que apesar dos erros cometidos pelo grupo dirigente, continuam acreditando nos ideais generosos do PT e alimentando a esperança de que tudo é resgatável e ocasião de aprendizado. O PT é uma construção do povo conscientizado.

É aconselhável ficar no PT para ajudá-lo a sanar suas feridas, refundá-lo se for preciso, para que realize a segunda abolição, da pobreza e da miséria, com políticas mais inclusivas e conferir um caráter mais social e ético à democracia.

É aconselhável ficar no PT para reforçar as esquerdas mundiais, dispersas e confusas face às artimanhas sempre flexíveis dos donos do poder mundial, para que possam resistir e manter a esperança de que outro mundo é possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tião Viana. A Mesa, com satisfação, acolhe a solicitação de V. Ex^a na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senador Tião Viana, que acaba de fazer uso da palavra, eu, que falo tanto da vida, hoje me obrigo a vir à tribuna para falar um pouco da tristeza, da violência e da morte. Já me reportei hoje, em questão de ordem, ao grande servidor desta Casa que perdemos, ao qual simbolicamente rendi homenagem.

Sr. Presidente, três lamentáveis acontecimentos me trazem à tribuna.

No final da tarde de sexta-feira, 30 de setembro, a Polícia Militar do Rio Grande do Sul entrou em confronto com manifestantes que protestavam contra o desemprego nas empresas calçadistas do Vale do Sinos. Desse confronto, resultou a morte de Jair Antonio da Costa, de 31 anos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Calçadista de Igrejinha. Jair, que era um sindicalista operoso, defensor dos seus liderados, deixa a esposa, Zuleide, e um filho, que fez sete anos exatamente no sábado, no dia em que o pai foi enterrado.

Ora, vamos ao fato, Sr. Presidente. O sindicalista, segundo laudo da necropsia realizado pela Polícia Civil, faleceu por asfixia mecânica, seguida de contusão hemorrágica na laringe e traumatismo cervical. Traduzindo, Sr. Presidente, o pescoço do Líder Sindical foi quebrado, em consequência da imobilização e de posteriores agressões que sofreu de policiais que se encontravam no local. Foi posto o cassetete no pescoço do sindicalista e o joelho nas costas – força, é claro. Assim. infelizmente, morre uma grande liderança do meu Estado.

Sr. Presidente, ao deixar o meu protesto contra esse ato que resultou na morte desse líder, eu quero também aqui lembrar o motivo do protesto dos trabalhadores de Sapiranga, Rolante, Campo Bom, Nova Hamburgo e Igrejinha, que foi o fechamento de treze mil postos de trabalho no setor coureiro-calçadista da região somente este ano.

Sr. Presidente, o resultado da política cambial de desvalorização do dólar, da competitividade do produto nacional com o produto chinês, das altas taxas de juros, do atraso na desoneração das exportações e da alta carga tributária é que fez o protesto sexta-feira e hoje. Novamente, neste momento, há um grande protesto em Sapiranga, liderado pelo movimento sindical.

Ainda me obrigo a recordar fatos de dezenove anos atrás. Há exatamente dezenove anos, nesta

mesma região, o Vale dos Sinos, nesse mesmo dia, 30 de setembro, só que em 1996, eu ainda Deputado Federal, participei da primeira greve dos sapateiros de Sapiranga. E, quando fiz o discurso de encerramento da greve pela violência, naquele momento, da Polícia Militar, apelei para que todos fossem para casa e não aceitassem provocação. Infelizmente, naquele mesmo dia, outro sindicalista, um outro sapateiro, Carlos Dornelles Rodrigues, um jovem, passa em frente a uma empresa, aceita a provocação de um segurança, que lhe dá um tiro. E Carlos Dornelles morre. O fato se repete. Na época, também, era contra o desemprego e pela melhoria dos salários.

Naquele dia presenciei a morte de um companheiro, resultado de um disparo efetuado pelo segurança de uma empresa calçadista. Posso dizer que meu coração e minha gente estão de luto ao reviver esse drama ocorrido na mesma data, na mesma cidade, pelo mesmo motivo!

Desde o início do ano, tenho trazido, por diversas vezes a esta tribuna, minha preocupação com o setor exportador. É penoso verificar a situação de desespero dos milhares de trabalhadores desempregados e de suas famílias. A economia da região do Vale dos Sinos vive em função da indústria do calçado.

Sr. Presidente, o Governo Federal tem de olhar com muito cuidado porque a crise é muito grave, muito grave.

Outro fato, Sr. Presidente, que infelizmente me traz a tribuna é a violência registrada por toda a imprensa gaúcha no conflito ocorrido no final do jogo entre o Internacional e o Fluminense no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre.

O cenário de tumulto entre os torcedores e a Brigada Militar resultou em mais de vinte feridos entre adultos e crianças. Os ferimentos foram provocados por bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e casquetes usados pelos militares naqueles que lá estavam para se divertir e assistir a um jogo de futebol.

O próprio Governador em exercício, Antônio Rohlfeldt, disse-me hoje pela manhã que está muito preocupado com os fatos. A população está revoltada com as últimas atitudes e a violência instalada no nosso Estado.

Um terceiro fato não menos preocupante é a ordem judicial para reintegração de posse da área pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e ocupada por aproximadamente quatrocentas famílias no bairro Guajuviras, em Canoas, muito próximo de minha residência, no Rio Grande do Sul, área conhecida como Nancy Pansera.

As famílias ocupam a região há um ano e meio e estão preparadas para resistir, para adiar e evitar que a Brigada Militar faça o despejo.

A respeito do fato conversei, em Canoas, com o Vereador Nelson da Silva, que preside o Sindicato de Metalúrgicos de Canoas; com o Deputado Estadual Dionilso Marcon; com o Secretário de Habitação do Estado, Alceu Moreira – quero registrar, Sr. Presidente, que estão aqui Líderes do PMDB, do PSDB, o vice-Prefeito de Canoas, Jurandir Maciel –; e com o Vice-Governador do Estado, em exercício, Antônio Rohlfeldt. Todos me disseram que não haverá violência, que estabelecerão um processo de negociação, e que as famílias permanecerão no local. Alguns, segundo me disseram, por estarem exatamente no meio da rua, da estrada, por onde a população tem de passar, se tiverem de sair, serão deslocados para outra área que será fornecida pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. Quero acreditar, Sr. Presidente, que isso, efetivamente, irá acontecer.

A comissão que acompanha o caso estabeleceu – ajudei na mediação – um processo de negociação que garanta a suspensão da reintegração de posse, já que é uma terra do Estado.

Sr. Presidente, essa comissão, onde estão todos os Partidos – PT; PMDB, PSDB, enfim, todos os partidos –, pediu que eu marcasse, em Brasília, uma audiência com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, para que possamos também buscar uma solução com a participação do Governo Federal. Fiz o pedido e estou esperando a resposta, que acredito deva vir ainda no dia de hoje.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, tanto o evento ocorrido em Sapiranga quanto o de Igrejinha, quanto esse de Canoas, como o de Porto Alegre, são decorrentes da enorme desigualdade social que vem, gradativamente, aumentando os números da miséria, do desemprego e da violência.

A violência sobre o povo que estava no estádio Beira-Rio demonstra a situação de insegurança e a violência que assola o Estado do Rio Grande do Sul.

Não é possível, Sr. Presidente, presencermos apáticos os movimentos que estão ocorrendo lá no Rio Grande sem tomarmos ao menos alguma atitude para reverter a atual situação social e a violência.

A meu ver, para que esses problemas sejam neutralizados, precisamos de políticas públicas eficientes, de recursos para projetos habitacionais que atendam populações de baixa renda e de programas de geração de emprego e renda. Além, é claro, de um treinamento diferenciado do atual, uma capacitação adequada aos agentes dos órgãos de segurança do Estado.

E ainda, Sr. Presidente, necessitamos de uma solução rápida e eficaz, que volte a promover e incentivar a exportação brasileira, principalmente na área de calçados.

Sr. Presidente, a população gaúcha grita por emprego, por moradia, por segurança, pela paz e pela não violência. Estamos sofrendo opressão tanto do malfeitor quanto daqueles que deveriam nos proteger.

Como Parlamentar, Sr. Presidente, represento aqui o povo do Rio Grande, gente sofrida, gente lutadora, que quando se mobiliza o faz por um motivo justo. Ninguém faz uma caminhada, uma passeata, uma greve, interrompe uma via, porque gosta. Fazem-no num gesto quase de desespero como forma de pressionar os poderes constituídos para que atendam o mínimo das suas reivindicações, como, por exemplo, emprego e direito à moradia.

Sr. Presidente, não posso deixar de ouvi-los e de entoar o mesmo tom, o mesmo grito: é a mesma voz, é a voz do protesto, é a voz da indignação!

Sr. Presidente, espero que o Ministro das Cidades, o Sr. Marcio Fortes, receba a comissão que virá a Brasília esta semana para dialogar sobre o conjunto Guajuviras. Sr. Presidente, se me permite, usando o resto do meu tempo, gostaria de dizer que esse conjunto de mais ou menos 10 mil moradias, ainda Deputado Federal à época, via-o, de bem perto, pois tenho uma residência, em Canoas, apodrecendo, como se fosse um gigante branco, um elefante branco, como é mais usado. O dinheiro utilizado era do Fundo de Garantia e foi usado para construir essas cerca de 10 mil moradias, que, à época, de forma clientelística e com atos politiqueiros, seriam entregues para aqueles que eram mais amigos do rei. Eu olhava para o elefante branco, eu, numa boa residência, e olhava para eles, em frente à minha casa. Um dia eles foram à minha casa. E daí resolvemos: fomos e ocupamos o gigante branco.

Lembro como se fosse hoje, Senador Alvaro Dias, eram milhares e milhares de pessoas. E eu dizia: Entrem, ocupem as casas que estão abandonadas, comecem a consertar, plantem flores no jardim, façam uma cerca, porque ninguém vai tirá-los daí. Felizmente – não por vaidade minha – felizmente pela mobilização deles... Eles é que se mobilizaram. Fui apoia-los, sendo quase vizinho deles, como Deputado Federal. Deu certo e estão lá as dez mil famílias colocadas. E essa ocupação agora é bem próxima a esse local, mas eu sei o que foi aquele mês da ocupação. Nem água deixavam entrar. Eu, como Deputado Federal, entrava com água, com pão e ainda levava as crianças comigo. Sei que muitos deles estão ouvindo este pronunciamento agora. Muitos eram crianças há praticamente dezoito anos, e hoje são adultos e se lembram desses fatos. Lembram esse fato marcante que naquele momento fez com que a habilidade do poder constituído da cidade, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores – todos participaram da mediação – evitasse um conflito, evitasse morte.

Eu lembro esse fato porque a ocupação fica na divisa, diria, fica no outro lado da rua. Para que não aconteça a violência, para que eu não tenha que vir à tribuna, quem sabe, algum dia, lamentar outra morte de um dirigente – não importa se é dirigente ou não – de um trabalhador, de uma criança, de uma mulher, é que eu peço que prevaleça o bom senso, que não tirem à força essas quatrocentas mil famílias.

Vamos dialogar, vamos buscar saídas dialogando com o poder municipal, estadual e com o Governo Federal. Eu interagi durante a manhã com os poderes constituídos. Tenham certeza de que acharemos uma forma de caminharmos juntos para permitir que essas 400 famílias, que já estão lá ocupando só os terrenos, porque não têm casa... Mas quero interagir aqui com o Ministério das Cidades para que ele colabore com a infra-estrutura e que essas pessoas tenham direito a morar.

Sr. Presidente, concluindo, confesso a V. Ex^a que, se eu ganhasse um salário mínimo, não tivesse onde morar e meu filho passasse fome, eu não teria nenhuma dúvida de que eu estaria num movimento como esse que hoje está acontecendo no Guajuviras. Se eu fosse desempregado do Vale dos Sinos, região dos calçados, demissão em massa, eu estaria nessas mobilizações, pressionando para que as empresas voltassem a produzir e gerar emprego e renda para a nossa gente.

Concluindo, Sr. Presidente, sempre digo que fui Deputado Federal por 16 anos, estou há quase três anos no Senado junto com V. Ex^a e com os demais 80 Senadores, mas jamais esqueço minhas raízes, de onde vim, por onde caminhei e para onde voltarei. É lá, Sr. Presidente, no chão das ruas, dos bairros, das fábricas, é lá que é o meu mundo, é lá que eu vou interagindo. E aqui da tribuna do Senado da República, eu estou lembrando eles. É como se eu estivesse lá.

Por isso deixo meu apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito da cidade, que é do PSDB e posso lhe dizer que é meu amigo pessoal. É o Ronquete, médico do sindicato que presidi, excelente médico e está fazendo seu papel na cidade. Sei de sua sensibilidade, da sensibilidade do Governador Germano Rigotto, como sei também da sensibilidade do Vice-Governador, meu amigo Rolf, com quem falei hoje pela manhã. Sei da sensibilidade da Câmara dos Vereadores e das forças políticas e sociais que atuam no Vale dos Sinos. O diálogo tem que está em primeiro lugar.

Não à violência, sim à paz.

Era o que eu queria dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a promulgação da Emenda Constitucional nº 45,

de 8 de dezembro de 2004 – Reforma do Judiciário, encaminhará, de ofício, para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a **Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001**, que altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao Supremo Tribunal Federal delegar aos juízes federais de primeira instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio.

O reexame solicitado decorre do fato que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, transferiu do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça a competência para a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Teotonio Vilela Filho, Leonel Pavan, Alvaro Dias, João Batista Motta e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no último dia 19 de setembro do corrente, começou a 2^a Conferência Internacional América Latina, Brasil e União Européia Ampliada, realizada no Rio de Janeiro. Ao abrir sua palestra, o escritor paquistanês Tariq Ali mostrou todo o seu desapontamento com o governo Lula, cuja eleição ele havia defendido.

Nas palavras do escritor, “Lula era a alternativa e olha o que aconteceu. O que mudou concretamente neste país com o governo do PT? Nada”.

Sr. Presidente, é no contexto desse assunto que solicito que as matérias intituladas “PT foi uma deceção, diz historiador” e “Experiência do PT no poder foi desastrosa, diz Tariq Ali”, publicadas, respectivamente, nos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S. Paulo** em suas edições de 20 de setembro do corrente, sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÍSE *Para Tariq Ali, Lula deveria ter escolhido via similar à de Chávez na Venezuela*

PT foi uma deceção diz historiador

DA SUCURSAL DO RIO

Em palestra ontem no Rio, o historiador e escritor Tariq Ali comparou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao de Hugo Chávez na Venezuela e disse que Lula foi uma grande deceção por não ter escolhido para o Brasil um caminho similar ao de Chávez na Venezuela.

Ali é um dos historiadores mais identificados com o discurso anti-globalização e anti-Bush. Ele é editor da "New Left Review" e do livro "Bush na Babilônia" e participou da 2ª Conferência Internacional América Latina, Brasil e União Europeia Ampliada, organizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"É triste dizer isso, mas a verdade é que o governo do PT foi uma grande deceção e perdeu uma grande oportunidade ao deixar de ouvir o povo que o elegera para escutar o FMI e o Banco Mundial. As elites brasileiras estão contentes com Lula e não vão querer trocá-lo. Vão esperar sua morte política para colocar no poder outro presidente como [Fernando Henrique] Cardoso", disse Ali em sua conferência. E emendou: "Vai demorar 25 ou 30 anos até que um novo representante dos trabalhadores chegue ao poder".

Para o escritor, o caminho adotado por Chávez mostraria que há outro rumo possível para a Amé-

rica Latina: "Se houver vontade política, mobilização popular e instituições democráticas, é possível ter alternativa a esse modelo. O mais importante de Chávez não são seus discursos, mas o fortalecimento de poder que seu governo está dando aos mais pobres".

A principal crítica do escritor é com relação à condução da política econômica brasileira, representada principalmente pelo ministro Antonio Palocci. Ele ironizou o passado de militante trotskista do atual ministro. "Ele [Palocci] é um exemplo de um tipo de pessoa que deixou de defender dogmas trotskistas, maoístas ou stalinistas para defender outros dogmas da direita."

Segundo Ali, nada mudou de forma significativa na política econômica de Lula. "Que mudanças concretas aconteceram na economia deste país? Nenhuma."

O historiador também contestou a fama de autoritário de Chávez, que foi vítima de um golpe militar em 2002, quando estava na Presidência, mas já havia tentado dar um golpe militar, sem sucesso, em 1992. "Ele foi eleito democraticamente [em 1998] e foi mantido no cargo após um referendo [em 2004] em que até o ex-presidente americano Jimmy Carter admitiu que presenciou uma votação com entusiasmo nunca visto por ele. Chávez vem ganhando todas as eleições na Venezuela."

COOPERAÇÃO *Lula sobe rampa do Planalto, antes da chegada do presidente da Áustria, Heinz Fischer; os dois assinaram acordo para troca de conhecimentos em áreas como energia e ambiente, ontem*

Experiência do PT no poder foi ‘desastrosa’, diz Tariq Ali

Escritor paquistanês avalia que eleição de Lula foi ‘uma oportunidade perdida’

DESAPONTAMENTO – “O que mudou neste país? Nada”, critica Ali

CRÍSE NO GOVERNO LULA

Alexandre Rodrigues

27

O escritor paquistanês Tariq Ali mostrou ontem no Rio o seu desapontamento com o governo Lula, cuja eleição defendera. Classificou de “desastrosa” a experiência do PT no poder, criticou a política econômica conservadora e, na comparação com o da 2ª Conferência Internacional América Latina, Brasil e presidente da Venezuela, Hugo Chávez, avaliou que Lula errou, pois se aproximou das elites em vez de fortalecer as camadas populares com políticas sociais efetivas. Referindo-se à eleição de Lula como “uma oportunidade perdida”, ele definiu seu sentimento diante da crise como “mais tristeza do que raiva”.

Ali participou da abertura União Europeia Ampliada, promovida pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Ao abrir a palestra, falou do contexto político brasileiro. “Lula era a alternativa e olha o que aconteceu. O que mudou concretamen-

te neste país com o governo do PT? Nada”, disse, queixando-se de que Lula não fez mudanças na ordem social e econômica.

Entre as críticas mais fortes, o escritor citou o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, como exemplo de ex-radical da esquerda que hoje defende cotar o mesmo fervor e “estilo dogmático o neoliberalismo e a ordem internacional”. E contou: “Nolivro que estou escrevendo háve-
ra um personagem como Paloc-
ci, que pode ser visto em muitos
ministérios pelo mundo.”

Intelectual, militante contra a hegemonia americana, autor dos polêmicos *Confronto de Fun-
damentalismos* e *Rush na Babilônia*, Ali aproveitou a visita para lançar *Redenção*, de 1990, seu primeiro romance político e uma crítica à esquerda tradicio-
nal. Ele disse que esteve no Bra-
sil pouco antes da eleição de 2002 e avisou que o PT deveria escolher logo no começo se fa-
ria as mudanças pedidas pelo eleitorado ou se tornaria instru-
mento de manutenção da or-
dem econômica. “Não precisa dizer o que estamos vendo.” ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Para Reale Júnior, ‘um grave equívoco’”, do advogado e ex-ministro da Justiça Miguel Reale, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 16 de setembro do corrente.

O artigo destaca a opinião do autor sobre a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, de conceder liminar paralisando os processos de cassação de seis deputados federais petistas suspeitos de quebra de decoro parlamentar. Segundo Reale Júnior: “a interpretação de Jobim é

gravemente equivocada e faz com que o Supremo assuma uma posição altamente negativa perante a opinião pública”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para Reale Júnior, ‘um grave equívoco’

Jurista afirma que liminar concedida por Jobim faz STF assumir posição negativa

BRASÍLIA

O advogado e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior criticou ontem a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, de conceder liminar paralisando os processos de cassação de seis deputados federais petistas suspeitos de quebra de decoro parlamentar. Segundo Reale Júnior, a interpretação de Jobim é “gravemente equivocada” e faz com que o Supremo assuma uma posição altamente negativa perante a opinião pública.

Para conceder a liminar, Jobim concluiu que foi negado aos deputados o direito de defesa antes de o processo ser enviado ao Conselho de Ética da Câmara. O despacho de Jobim foi baseado em um ato da Mesa da Câmara que, segundo ele, prevê essa defesa preliminar. Para Reale Júnior, a norma não garante o direito ao investigado.

“O dispositivo assegura ao corregedor a adoção de algumas medidas, entre as quais, solicitar o depoimento. Não é um direito do denunciado. É uma faculdade que se atribui ao corregedor de ouvir ou não (os deputados).” Reale Júnior afirmou que o ato prevê a manifestação dos deputados suspeitos quando a denúncia for baseada apenas em indícios. Segundo

ele, esse não é o caso, já que existe um conjunto de provas. A seguir, trechos da entrevista concedida por Reale Júnior:

O presidente do STF concluiu que o direito dos deputados à defesa prévia foi desrespeitado. O senhor discorda dessa interpretação?

É uma interpretação gravemente equivocada. O despacho está baseado no artigo 5º do ato 17 da Mesa da Câmara (*que disciplina os procedimentos*). O dispositivo diz que é assegurado ao corregedor solicitar o depoimento. Não é um direito do denunciado. É uma faculdade que se atribui ao corregedor. É assegurada ao corregedor a adoção de algumas medidas, entre as quais solicitar o depoimento.

O ministro Carlos Velloso, relator do caso no STF, decidiu pedir informações à Mesa da Câmara para depois resolver se mantém ou cassa a liminar. Qual é a opinião do senhor sobre essa decisão?

Acho que ele fica numa situação delicada de revogação de liminar de matéria tão relevante, que foi antecipada pelo presidente (do STF) quando não havia necessidade de urgência.

Como resolver esse problema?

É necessário que a Mesa da Câmara preste informações o mais rapidamente possível. Mas, infelizmente, o Supremo acaba assumindo uma posição junto à opinião pública altamente negativa. • M.G.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

• (...) Você vai se arrepender. Não é hoje nem amanhã mas logo e para o resto da sua vida".

Frase do personagem Rick Blaine (Humphrey Bogart) a Ilsa Laszlo (Ingrid Bergman) em Casablanca Michael Curtiz.

• Subordinar a atividade regulatória à política governamental é inaceitável qualquer contexto.

• Uma arquitetura institucional adequada para as agências reguladoras é fundamental para o crescimento econômico.

• É inadiável diminuir o risco regulatório no Brasil.

• Todos sabemos que sem regras claras confiança, o investimento privado não se materializa.

• O Projeto de Lei nº 3337/04, de autoria do Poder Executivo, estabelecendo novas regras orientar a gestão e a atuação das atuais agências reguladoras e das que vierem criadas, abriga inúmeras distorções que forem corrigidas significarão retrocesso institucional.

• Gostaria de ressaltar importância da independência das agências reguladoras para a sociedade e para os milhares consumidores de utilidades públicas.

• Os preços de segmentos regulados representam nada menos do que 29% do índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA).

• É preciso dar uma demonstração clara de compromisso com a modernização do marco regulatório em nosso país.

• Nesse contexto, gostaria de ratificar sete propostas apresentadas pelo professor Gesner de Oliveira, no sentido de dar uma feição minimamente aceitável ao projeto do governo.

1. Aumentar o mandato dos dirigentes das agências de quatro anos com recondução para cinco anos sem recondução.

2. Abandonar a idéia de imposição geral de contratos agências de gestão reguladoras a todas as e implementar um controle mais sistemático pelo legislativo através da comissão infra-estrutura do senado.

3. Abandonar a perigosa proposta de transferência do poder concedente para os ministérios, mantendo-o nas agências reguladoras.

4. Eliminar a figura do "ouvidor bisbilhoteiro" do atual projeto que seria uma espécie de espião presidente da república, substituin-

do-o pela figura de um ouvidor realmente independente e com as funções clássicas de um ombudsman.

5. Estabelecer um período quarentena não apenas para o presidente como está no projeto, mas também para os demais diretores e ampliar o período dos atuais quatro meses para um ano.

6. Introduzir a obrigatoriedade de análise de impacto sobre os custos benefícios de novos regulamentos que muitas vezes oneram excessivamente o setor produtivo e em particular empresas de médio e pequeno porte.

7. fortalecer a participação informada das associações de defesa consumidores mediante previsão de recursos para a contratação estudos técnicos de e possibilidade de intervenção nas audiências públicas.

• É importante destacar que as sete propostas aqui elencadas não exaurem o aperfeiçoamento que o projeto de lei do executivo necessita.

• Da conotação equivocada atribuída ao ouvidor à transparência competência ameaça e delimitação das agências, a independência, precisa de o projeto do governo precisar ser amplamente reformulado.

• A necessidade de controle externo das agências reguladoras congresso nacional é uma exigência vital para preservar a lisura da gestão regulatória.

• O projeto encontra-se parado e na mesa diretora da câmara dos deputados.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada "Governo pagou R\$8 milhões para 'adquirir Severino'", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de setembro do corrente ano.

A matéria descreve um trecho do depoimento do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho da Barcelona, na CPI dos Bingos. Segundo o depoente, após a eleição de Severino para a presidência da Câmara dos Deputados, o governo pagou R\$8 milhões para garantir o apoio do novo presidente da Casa e do seu partido.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria seja considerada como parte deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NACIONAL A7
O ESTADO DE S. PAULO • QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2005

Governo pagou R\$ 8 milhões para 'adquirir Severino', acusa doleiro

Segundo denúncia de Toninho da Barcelona feita a portas fechadas, dinheiro foi entregue de uma vez ao deputado José Janene

CRISE NO GOVERNO LULA

Rosa Costa
Expedito Filho
BRASÍLIA

O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, disse aos integrantes das CPIs que após a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para o comando da Câmara, ocorrida em fevereiro passado, o governo pagou R\$ 8 milhões para garantir o apoio do novo presidente da Casa e de seu partido. Essa versão, divulgada por deputados e senadores, foi apresentada pelo doleiro num momento em que seu depoimento se deu a portas fechadas.

A ideia de tornar secreto o interrogatório partiu do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), depois de Toninho ter afirmado várias vezes que não poderia fazer certas afirmações

perante as CPIs por não ter provas e temendo complicar sua situação jurídica. Diante da proposta, o doleiro consultou seu advogado, Erick Vidigal, e aceitou falar.

"Ele contou que o dinheiro serviu para adquirir o Severino"

O dinheiro teria saído de duas fontes manipuladas por Marcos Valério

"...no", contou o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN). De acordo com o relato dos parlamentares, Toninho disse que o acordo entre o Planalto e o PP teria sido fechado nos meses de abril e maio. Os R\$ 8 milhões teriam sido entregues de uma vez só ao líder do PP na Câmara, José Janene

(PR). Toninho contou ter tomado conhecimento da operação por intermédio de outro doleiro, Najuin Turner, com quem dividiu uma cela este ano.

O dinheiro, sempre segundo o relato que os parlamentares fizeram do depoimento secreto de Toninho, teria saído de duas fontes manipuladas pelo empresário Marcos Valério Pernambucano de Souza: a corretora Bonus Banval, que repassou R\$ 5 milhões, e o doleiro Dáriô Messer, que providenciou os R\$ 3 milhões restantes. Toninho afirmou que todos esses dados estão armazenados num computador seu que está em poder da Polícia Federal.

O deputado Eduardo Paz (PSDB-RJ) disse que, para rasgar as contas do PT no exterior, as CPIs vão recorrer ao esquema usado pelo governo do Chile para localizar contas do ex-ditador Augusto Pinochet.

De acordo com Arnaldo Faria de Sá, Toninho foi categórico ao afirmar que Severino recebeu parte do dinheiro. Porém, não soube precisar quanto.

CELSO DANIEL

Sobre o esquema de corrupção em Santo André, que teria resultado no suposto assassinato do prefeito Celso Daniel, Toninho disse que o dinheiro da extorsão era depositado fora do País no Banco Méchant, nos EUA, na conta Barnet. Segundo ele, o dinheiro movimentado era "trocadinho", a exemplo das sacolas que teriam sido encontradas na casa do prefeito Celso Daniel, conforme revelou na semana passada uma empregada.

Janene chegou a tempo de participar da sessão fechada e, na saída, disse que o doleiro negava acusações contra ele. Mas o líder do PP foi desmentido por outros parlamentares.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O pesadelo que o Brasil não merece”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 25 de setembro do corrente.

O artigo trata das consequências da crise política em que se meteu o país por “obra e graça do senhor Lula”. Entre essas consequências, estaria o processo de *impeachment* do Presidente Lula e seus efeitos na economia e nas instituições brasileiras.

Segundo o autor, “se o próprio PT, que chegou ao poder ávido por promover modificações estruturais na política econômica, deu uma guinada de cento e oitenta graus, refluindo de sua ortodoxia programática para ajustar, até com mais rigor, os padrões encontrados, não seria agora que um desavisado iria fazê-lo”. Diz, ainda: “todos os institutos jurídicos amparados pela ordem constitucional estão em plena efetividade. Só

a baderna que o senhor Lula permitiu que se instaurasse no país, essa, sim, é que não está contemplada na Constituição. Se utilizado o impeachment, nenhum traumatismo vai sofrer o povo. Sofrê-lo-á, sim, se porventura não se apurar a verdade real de sua participação nos episódios que chocaram a nação”.

O autor ainda conclui com a seguinte frase: “Nova dose de Lula seria um pesadelo que o Brasil não merece”. Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O pesadelo que o Brasil não merece

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Argumenta-se muito com o perigo das consequências da crise política em que se meteu o país por obra e graça do senhor Lula. Se acaso ocorresse nesse contexto seu impeachment, a economia e as instituições brasileiras seriam abaladas? Se também estiver impedido o vice-presidente e o Congresso Nacional optar por pessoa não identificada com a realidade globalista, é provável que algum dano possa atingir as relações econômicas em que se coloca o país, quer seja com reflexos no mercado e finanças internos, quer seja, principalmente, na continuidade dos negócios com o capital e mercado externos.

É quase zero a probabilidade de os nossos parlamentares escolherem um nome para cumprir o restante do mandato presidencial que não se harmonize com os comandos da ordem econômica mundial, hoje responsável pela sorte da maioria das nações. Não há nenhum sintoma que sugira a modificação desse quadro. Afora essa circunstância que tranquiliza a eventualidade de troca no Palácio do Planalto, não há como temer que se tenha a ruptura imediata do modelo econômico seguido pelo país, especialmente quanto ao adimplemento das obrigações assumidas perante a comunidade internacional. Se o próprio PT, que chegou ao poder ávido por promover modificações estruturais na política econômica, deu uma guinada de cento e oitenta graus, refluindo de sua ortodoxia programática para ajustar, até com mais rigor, aos padrões encontrados, não seria agora que um desavisado iria fazê-lo.

Ademais, quem tem a cabeça no lugar jamais iria arrostrar o tropel do capital pelo mundo, com medo de sofrer as consequências que a crise política tem infligido por negar-se a respeitar negociação por ele mesmo determinadas. Se o instituto do país é estável, a tendência é manter tal seu investimento. Se, todavia, é instável, fugindo do figurino político, é certo que aquela que migra em direção ao exterior é sempre vantajosa. Essa é a constatação do mundo de hoje imposta por esse tipo de selvageria que não tem pátria. A bandeira nacional deles é hasteada onde seus negócios são mais rentáveis e seguros.

A inversão desse dogma sujeita quem o recusa a andar com suas próprias pernas e encará-la ou não, submetendo-se a sua própria sorte. A ordem econômica, pode se dizer, não é a que solitariamente o Estado organiza para si mesmo, mas a que resulta das exigências prescritas pela bala capitalista. A preservação do modelo econômico do Brasil de que tanto vangloria o discurso presidencial não depende e nunca dependeu dele, mas de um sistema normativo preexistente, que não mais deixa ao alvedrio de arbitrios destemperados a condução, sem paramentos, dos gastos públicos.

Inclua-se nele, dentre tantas medidas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, salutar herança do governo passado e importante instrumento legal que barra a assunção de despesas sem previsões — a exemplo do que ocorreu com a então prefeita de São Paulo e centenas de outros agentes públicos que estão sob fogo

fiscal dos tribunais de contas.

Outra destemperança da verborragia oficial (ou oficiosa) é de que a tramitação de um pedido de impeachment poria em risco as instituições do país. Puro despatólio. Tremenda balela. As CPIs funcionam porque são garantias da cidadania. Os poderes da República não padecem de nenhum risco. Os órgãos do Ministério Pú-

blico e da Justiça cumprem o seu papel porque esse é seu dever constitucional. Não fazem favor a ninguém. Todos os institutos jurídicos amparados pela ordem constitucional estão em plena efetividade. Só a baderna que o senhor Lula permitiu que se instaurasse no país, essa, sim, é que não está contemplada na Constituição. Se utilizado o impeachment, nenhum traumatismo vai sofrer o povo. Sofrê-lo-á, sim, se porventura não se apurar a verdade real de sua participação nos episódios que chocaram a nação.

Feitas essas considerações, permito-me concluir que as oposições — principalmente o PFL e o PSDB — vão se arrepender amargamente da tolerância, para não dizer leniência, com que se comportam diante dos fatos já apurados nas CPIs, que contaram com a anuência do presidente e a participação direta dos ex-dirigentes de seu PT, de aliados e quejados.

Como diria antes, esse é um enredo equivocado na interpretação do fenômeno político do momento — se é isso mesmo que as espartilhas de iniciativa mais arrojada. O presidente da República se porta como se nada tivesse acontecido e que o país, graças ao seu descontrole, caminha às mil maravilhas. Ora veja! Parece não pairar mais nenhuma dúvida de que, em razão da brandura adotada, a candidatura à reeleição prossegue a todo vapor. Por isso mesmo, ganha oxigênio, tempo e reforço.

Tudo bem que se aguarde o momento político julgado mais adequado. O que não pode é deixar de dispor, por qualquer receio, do instrumento constitucional existente. Aplicado, não seria nada danoso à economia e às instituições. Nova dose de Lula seria um pesadelo que o Brasil não merece.

O SR REGINALDO DUARTE (PSDB – CE). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “O jogo de Lula”, publicada na revista **Época** em sua edição de 26 de setembro do corrente.

A matéria mostra as manobras do presidente Lula nos bastidores para enquadrar o PT e tentar se recuperar do desgaste com a opinião pública. Segundo a última pesquisa do Ibope, entre os pesquisados, 32% consideram o governo ruim ou péssimo, 44% acham que o governo está pior que o esperado, 49% desaprovam o desempenho de Lula e 51% simplesmente perderam a confiança no presidente.

Ainda segundo a matéria, “para reverter esses números, o presidente apostou no poder do cofre. Ele pressiona os ministros a acelerar investimentos para ter uma generosa agenda de inaugurações”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O jogo de Lula

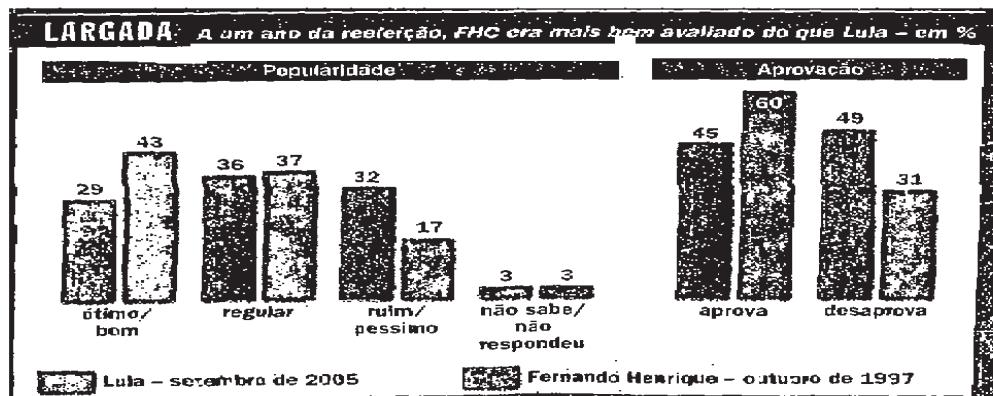
As manobras do presidente nos bastidores para enquadrar o PT e tentar se recuperar do desgaste com a opinião pública

GUSTAVO KRIEGER e THOMAS TRAUTMANN

Na semana passada, os principais auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva debruçaram-se sobre uma pilha de pesquisas de opinião pública, em especial a última sondagem do Ibope. Mergulharam nos números que mostram um quadro de forte desaprovação ao governo e o encotilhamento da candidatura de Lula à reeleição. Terminado o exame, um dos ministros resumiu o cenário: “Gracias a Deus, acho que chegamos ao fundo do poço”. As denúncias de corrupção no governo e no Congresso reduziram o apoio a Lula a 30% das eleitores, insuficientes para a reeleição. Mas esses mesmos 30% são suficientes para garantir sua presença no segundo turno. É nessa aparente contradição que o presidente baseia sua estratégia para os próximos meses. Como único candidato viável do PT à própria sucessão, vai forçar a mão para fazer valer sua política.

Lula não aguenta mais a crise. As pessoas mais próximas a ele testemunham várias explosões da ira presidencial. Uma delas aconteceu no avião que conduzia a comitiva do presidente na viagem mais recente ao interior do Ceará. Cercado de ministros e parlamentares, Lula se referiu em termos nada elogiosos aos parlamentares do PT. “Covardes. Não podem ver um jornalista que se encolherem. Nossa governo está apanhando como cachorro, enquanto os tucanos são canonizados.” A irritação de Lula tinha como alvo os líderes do partido que não quiseram se expor como integrantes das CPIs do Congresso. E a ineficiência dos petistas que acabaram nas comissões.

Entre os erros que Lula não perdoa aos petistas do Congresso está a ausência do presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo, na lista de parlamentares ameaçados de cassação por terem recebido dinheiro do publicitário Marcos Valério. O próprio Azeredo reconheceu que sua campanha ao governo de Minas em 1998 foi irrigada pelo ▶



empresário. Também considera absurdo que a CPI dos Bingos tenha chamado para depor seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho. A princípio, as acusações de corrupção na Prefeitura de Santo André não têm nada a ver com os bingos, mas a comissão de inquérito virou o pesadelo do governo porque lá a oposição tem maioria folgada e aprova o que quer.

Depois que o ex-ministro Luiz Gushiken falou grosso na CPI dos Correios, Lula pegou o telefone e deu um puxão de orelha em vários petistas. Exigiu o mesmo comportamento. Não por coincidência, os parlamentares do partido subiram o tom dos discursos, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, tornou-se presença constante nos depoimentos.

Para o presidente, os petistas entraram em clima de "salve-se quem puder" e ninguém defende o governo. Em uma reunião com dirigentes de partidos aliados,

Lula avisou Dirceu e João Paulo que o governo não vai ajudá-los

descreveu essa estratégia como suicida. "O PT só se salva se o governo se salvar. E eu sou o único candidato que pode salvar os dois", disse. Os números dão razão a ele. O Palácio do Planalto aumentou os pedidos de pesquisas qualitativas de opinião pública para saber o tamanho do estrago. Elas confirmam que Lula foi reduzido a seu eleitorado histórico, mais ou menos um terço dos pesquisados. Isso significa que, ao menos por enquanto, ele perdeu os eleitores que se agregaram a ele na campanha de 2002 e garantiram a vitória. Eles estão concentrados nas grandes cidades e na classe média. Estão desiludidos, mas admitem a possibilidade de voltar a pensar no voto em Lula. Para isso, impõem condições. Querem que Lula se explique claramente sobre o caso do mensalão, em entrevistas ou num pronunciamento em rede nacional de televisão. Também exigem a punição dos envolvidos. E, no caso, punição é mais que perda de mandato. Eles querem ver alguém graúdo na cadeia.

Essa cobrança deixa o presidente em uma situação delicada. Ele trabalha para resolver logo a crise e gostaria de ver todos os processos de cassação julgados sem demora, inclusive os de aliados como José Dirceu e João Paulo Cunha. Já avisou os dois que o governo não mexerá um dedo para salvá-los.

Mas conversa com todos, para evitar que alguém estoure e jogue a crise de volta ao Palácio do Planalto. Com Dirceu, os contatos são constantes, mas sempre por telefone e depois de passar por vários intermediários.

Com Delúbio a coisa está ainda mais enrolada. O ex-tesoureiro do PT é o candidato mais óbvio a passar uma temporada atrás das grades e com isso ajudar a limpeza na imagem do governo. O presidente e o antigo assessor não se falam, mas o trânsito de mensageiros continua. Perguntado sobre a razão de Delúbio seguir calado, um desses "amigos comuns" explicou: "Ele está salvando o governo".

Em 2002, Delúbio foi o caixa do PT. O dinheiro levantado por ele pagou o marketing de Duda Mendonça, que mudou a imagem de Lula. Dirceu negocia as alianças e Sílvio Pereira organizou o partido. O escândalo do mensalão pulverizou todos eles.

A avaliação do comando do PT e do Planalto é que o pior momento pode ter passado. O fluxo de denúncias estaria diminuindo e a crise se transferindo de vez para o Congres-

so. O governo conseguiu ver bons sinais na pesquisa divulgada na terça-feira pelo Ibope. Nela, os números são muito ruins, mas repetem os índices do final de julho. Se tudo continuar assim, Lula chegaria viável à eleição. "Lula atingiu o ponto mais baixo, mas esse é seu piso, e não seu teto", analisa o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro. "Se não surgir um escândalo que abale sua honra, ele largará na eleição virtualmente garantido no segundo turno."

Pode ser, mas a pesquisa também trouxe péssimas notícias para o governo. Os números do Ibope retratam um cenário muito negativo para Lula. Entre os pesquisados, 32% consideram o governo ruim ou péssimo; 44% acham que o governo está pior que o esperado; 49% desaprovam o desempenho de Lula; e 51% simplesmente perderam a confiança no presidente.

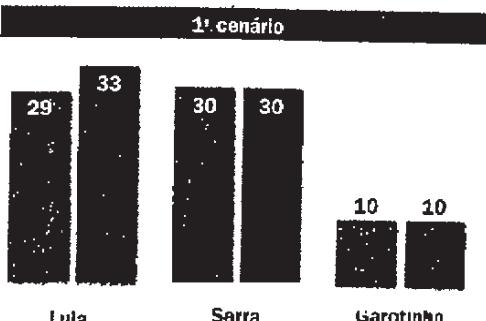
Para reverter esses números, o presidente aposta no poder do cofre. Ele pressiona os ministros a acelerar investimentos para ter uma generosa agenda de inaugurações. Fez com que a Casa Civil montasse "salas de situação" para acompanhar as principais obras. Nessas salas, há representantes de vários ministérios, com ordem de resolver imediatamente qualquer problema que ameace

NO FUNDO DO POÇO

A pesquisa CNI/Ibope de Intenção de voto mostra um ligeiro crescimento de Lula em relação ao levantamento anterior, o que pode significar que o presidente atingiu sua marca mais baixa em agosto - em %

Pesquisa de agosto - CNI/Ibope

Pesquisa de setembro - CNI/Ibope



Fotos de: Marcus Folledo/Ag. O Globo, Glauco Deltan, Melissa Favar, Mauro Clareto/Futura

o cronograma das obras. Para o ano da eleição, Lula deu ao governo duas prioridades. De um lado, grandes obras, como a duplicação da Rodovia Fernão Dias e o segundo trecho da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. De outro, Lula quer resgatar a imagem dos programas sociais de seu governo. Para isso, fez uma aposta. O governo cortou vários programas no Orçamento, mas manteve intocado o carro-chefe, que é o Bolsa-Família. O programa recebeu uma montanha de R\$ 6,5 bilhões e vai atingir a meta de atender 8,7 milhões de famílias até o fim do ano. Não é coincidência. As pesquisas mostram que os eleitores mais fiéis de Lula são os que têm renda familiar abaixo de um salário mínimo por mês.

As últimas pesquisas revelam que a opinião pública vem azedando com a política econômica, ponto mais forte do governo Lula. Os eleitores acham que os juros estão muito altos e fazem previsões pessimistas de aumento na inflação e no desemprego. Mas, na hora de planejar o próprio futuro, dizem que vão manter os planos de consumo. O governo acredita que essa avaliação leve a um voto conservador, pela manutenção da condução econômica do país.

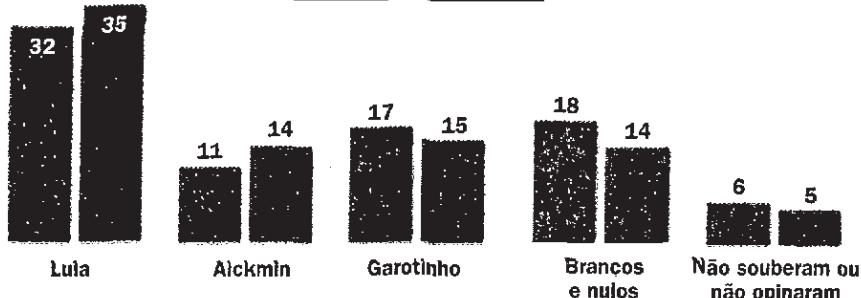
O problema é como transformar a política econômica em discurso capaz de empolgar nos palanques ou na propaganda eleitoral. Fora Lula e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ninguém se entusiasma. Nas eleições internas do PT, até o candidato oficial, o comportado ex-ministro Ricardo Berzoini, pediu mudanças na economia. Os candidatos das correntes de esquerda, que somados terão maioria no novo diretório nacional, são ainda mais radicais na crítica.

A ausência de Lula no primeiro turno da eleição do PT foi um recado claro ao partido. O presidente não apareceu porque não se sentiu representado e está repetindo uma velha tática. Desde a derrota de 1998 nas eleições presidenciais, Lula endureceu o tom com o partido. Ele sabe que é o único nome capaz de enfrentar a eleição presidencial e só aceita ser candidato nos próprios termos. Foi assim que conseguiu empurrar a aliança com o PL em 2002 e é assim que quer forçar o partido a moderar o tom contra Palocci no ano que vem.

"Lula é o único candidato viável da esquerda", reconhece Valter Pomar, líder de uma das chapas de oposição no diretório do PT. "Seja qual for o resultado do segundo turno da eleição para a presidência do PT, a relação entre o governo e o partido vai mudar, mas isso não é o fim do mundo", prevê. Ele sabe que, mesmo se a esquerda ganhar o comando do partido, será preciso negociar. "A antiga direção achava que o PT devia fazer o que o Lula mandava. Muitas correntes acham que o governo deve fazer o que o PT mandar. Governo e PT são duas entidades diferentes. Lula governa o país, à frente de uma aliança."

Nas conversas reservadas, Lula já deixou claro que o PT terá participação bem menor em seu segundo governo, se houver novo mandato. Ele quer dar sinais disso antes mesmo da campanha eleitoral. Vem conversando pessoalmente com os dirigentes de partidos aliados para ampliar seu palanque. Nas conversas, em especial com o PMDB, promete negociar antes da eleição a divisão dos ministérios. Ou seja, o presidente quer mostrar que está ferido, mas não está morto.

2º cenário



Margem de erro de 2,2 pontos percentuais. Foram ouvidos 2.002 eleitores em 143 municípios, de 8 a 12 de setembro

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 23, DE 2005***(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida

Provisão nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá
Prazo final: 13-10-2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 24, DE 2005***(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges
Prazo final: 20-10-2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira
Prazo final: 26-10-2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**(Encontra-se sobrestando a pauta a partir de 2-10-2005)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Flo-

restal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo*

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Ikhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões
 – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
 – de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a *Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a *Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluso novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolfo Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18**PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

19**REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido voto de solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e em Nagasaki, há sessenta anos.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

20**REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

21**REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 08 minutos.)

(OS Nº 16822/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
PFL	César Borges	PMDB	Garibaldi Alves Filho
RIO DE JANEIRO		PFL	José Agripino
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	SANTA CATARINA	
PL	Marcelo Crivella	PFL	Jorge Bornhausen
PMDB	Sérgio Cabral	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
MARANHÃO		PSDB	Leonel Pavan
PMDB	Ribamar Fiquene	P - SOL	ALAGOAS
PFL	Edison Lobão	PMDB	Heloísa Helena
PMDB	Mauro Fecury	PSDB	Renan Calheiros
PARÁ		PFL	Teotônio Vilela Filho
PMDB	Luiz Otávio	SERGIPE	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	Maria do Carmo Alves
PSDB	Flexa Ribeiro	BLOCO - PSB	Almeida Lima
PERNAMBUCO		PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	José Jorge	PSDB	Gilberto Mestrinho
PFL	Marco Maciel	PDT	Arthur Virgílio
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	Jefferson Péres
SÃO PAULO		PDT	PARANÁ
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	BLOCO - PT	Flávio Arns
PFL	Romeu Tuma	PDT	Osmar Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	ACRE
PL	Aelton Freitas	P - SOL	Tião Viana
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PDT	Sibá Machado
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Juvêncio da Fonseca
PFL	Demóstenes Torres	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Ramez Tebet
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
Sem Partido	Luiz Soarez	PP	Valmir Amaral
PFL	Gilberto Goellner	Sem Partido	Cristovam Buarque
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PFL	Paulo Octávio
RIO GRANDE DO SUL		PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PMDB	Pedro Simon	PSB	Nezinho Alencar
BLOCO - PT	Paulo Paim	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	AMAPÁ
CEARÁ		BLOCO - PSB	José Sarney
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	João Capiberibe
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	Papaléo Paes
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	RONDÔNIA
PARAÍBA		BLOCO - PT	Amir Lando
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Fátima Cleide
PFL	Efraim Morais	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	José Maranhão	PTB	RORAIMA
ESPÍRITO SANTO		PDT	Mozarildo Cavalcanti
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	Gerson Camata	PTB	Romero Jucá
PL	Magno Malta	PDT	
PIAUÍ		PMDB	
PMDB	Alberto Silva		

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza ¹³	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT¹					
Heloísa Helena (P-SOL) ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros ¹⁷	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					
(atualizada em 4.8.2005)					

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

¹⁴ Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

¹⁷ O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB

Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB

PFL

Senadora Roseana Sarney (MA)

PT

Senadora Serys Slhessarenko (MT)

PSDB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Augusto Botelho (RR)

PTB

Senador Sérgio Zambiasi (RS)

PSB

Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL

PL

Senador Magno Malta (ES)

PPS

Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (Sem Partido-DF)

Atualizado em 03.10.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPILY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	---------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA P-SOL/DF
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA (PT/RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido-DF)

Atualizado em 03.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS